negocios

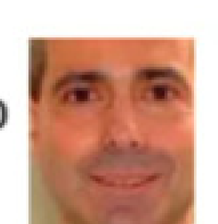
negocios.pt

Terça-feira, 27 de agosto de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5311 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

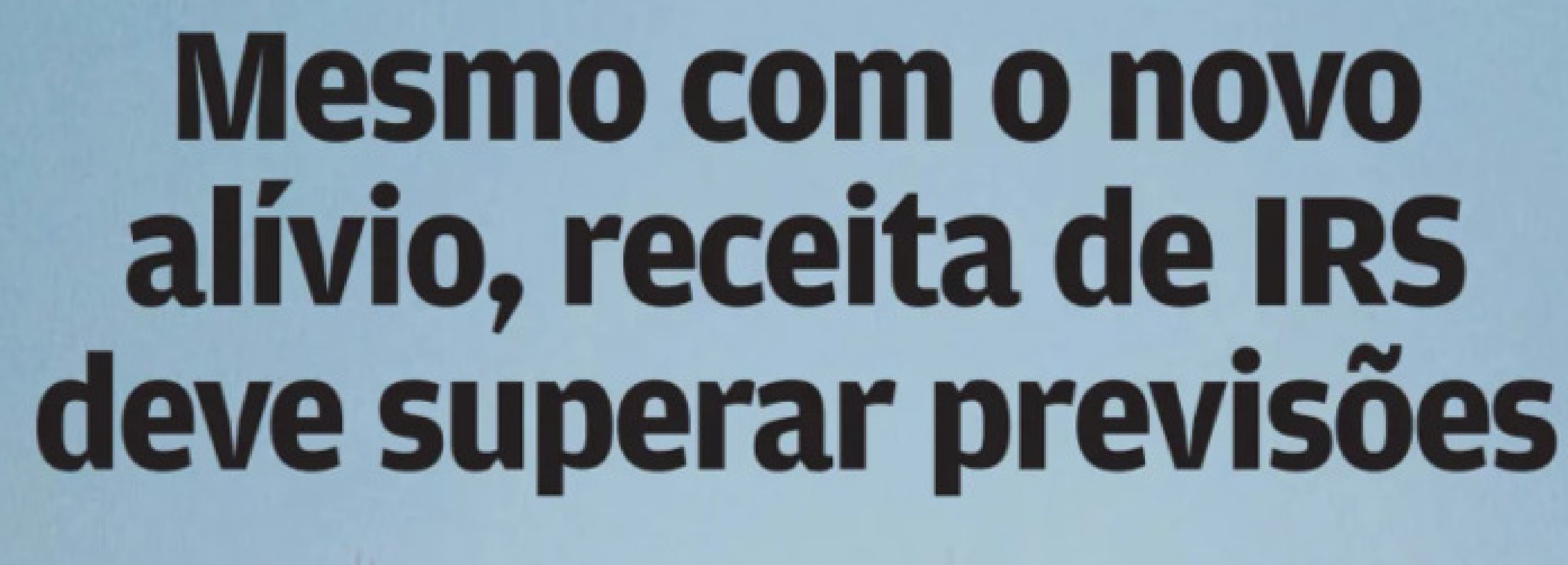
PEDRO BRINCA
Qual será a taxa de progressividade ótima?
OPINIÃO 25



FILIPE SANTOS
É preciso aumentar o número de alunos internacionais
OPINIÃO 27







Mesmo com o novo alívio, receita de IRS deve superar previsões

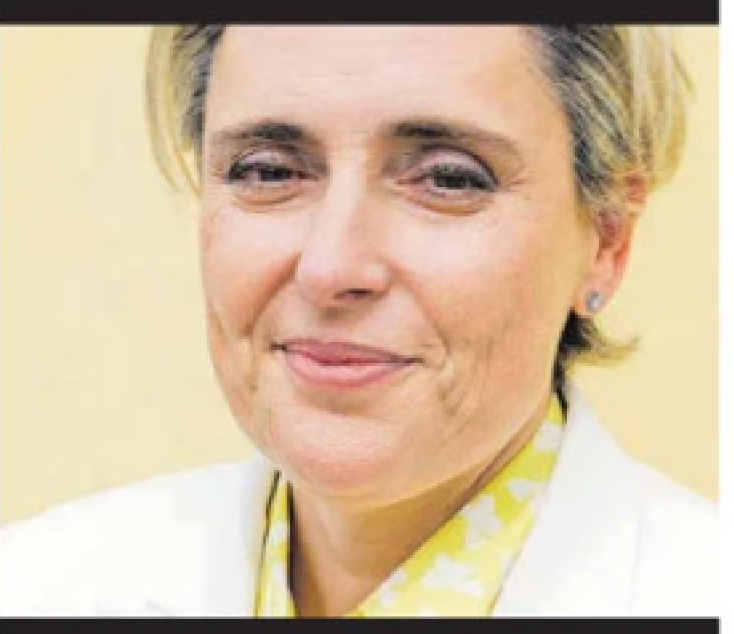


Getty Images

ECONOMIA 8 e 9



PRIMEIRA LINHA 4 a 7



#09

A faturar e a investir como nunca, a Sonae, liderada por Cláudia Azevedo, está cada vez mais tecnológica, internacional e saudável.

Líbia e Gaza levam Brent a ultrapassar os 80 dólares

MERCADOS 18 e 19

RADAR ÁFRICA



Angola vende 15% do BFA e força BPI a fazer igual

ECONOMIA 13

Conheça a estratégia da Digi e os planos que tem para Portugal

EMPRESAS 14 e 15



HOME PAGE

DR

Oca Hotels estreia-se fora do Porto em 2025



As obras de reabilitação do hotel acabaram por se prolongar por quatro anos em vez dos três previstos.

A partir de maio do próximo ano a espanhola Oca Hotels contará com a sétima unidade hoteleira em Portugal e a primeira fora da Invicta. É essa a data prevista para a abertura do Oca Grande Hotel do Pezo, junto a Melgaço.

PEDRO CURVELO
pedrocurvelo@negocios.pt

A espanhola Oca Hotels, que gere seis unidades em Portugal – todas na Invicta – vai alargar horizontes a partir de maio do próximo ano.

O primeiro projeto fora do Porto, onde conta com o Oca Ribeira do Porto, o Oca Flores Hotel Boutique, o Oca Ipanema Porto, o Oca Bom Sucesso, o Oca Oriental Porto e o Oca Vitória Village, será num edifício centenário junto a Melgaço.

Um hotel cheio de história

O Grande Hotel do Pezo começou a ser construído em 1901 quando foi adaptado o antigo palacete dos Viscondes do Peso. Então, a sua designação era de Novo Hotel Quinta do Peso e pertencia a João Luiz Fiffe, segundo conta Valter Marques no blogue "Melgaço, entre o Minho e a Serra". Fiffe viria a vender o hotel a José Joaquim Esteves que, por sua vez, alienou o imóvel ao galego José Figueiroa Granja em 1912.

O hotel era famoso pela proximidade às Termas de Melgaço e pelos quartos de luxo. No início da década de 1970, após vários anos de degradação, o hotel viria a fechar portas e encontrava-se praticamente em ruínas.

Em finais de 2020, a luso-francesa 1147-Promoção Imobiliária, Lda., de Augusto Francisco Pires, que comprou o hotel ao grupo Unicer por 300 mil euros, iniciou um processo de reabilitação do imóvel num investimento de 7,2 milhões de euros que contou com cofinanciamento do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE).

Além de Melgaço, a Oca Hotels está prestes a fechar projetos em Lisboa e Braga.

A gestão da unidade ficaria a cargo da OCRAM Hotel Management, do grupo OCRAM, fundado em 2017 por Marco Rodrigues Dias e Rui Andrade de Matos. O grupo OCRAM é uma sociedade de investimento dedicada à aquisição e exploração de ativos turísticos em Portugal.

Atualmente, a OCRAM Hotel Management é responsável pelas marcas Piamonte Hotels e Walk Hotels, a primeira com duas unidades hoteleiras: o Ribeira Collection Hotel em Arcos de Valdevez e o The Vinea Collection Hotel em Monção, enquanto a Walk Hotels conta com o Hotel Castrum Villae em Castro Laboreiro. Adicionalmente, a OCRAM administra, em regime de cogestão, as Termas de Melgaço. O grupo conta ainda com outros investimentos, nomeadamente a marca de vinho Quinta da Porteleira oriundo de uma vinha na sub-região de Monção-Melgaço.

Agora, a Oca Hotels assumirá a gestão do Grande Hotel do Pezo, indicou ao Negócios fonte do grupo espanhol. A inauguração da unidade de quatro estrelas está prevista para maio do próximo ano e a unidade contará com 60 quartos, bar e restaurante, spa, ginásio e sala multiúsos.

A mesma fonte revelou que a Oca Hotels está "a ultimar outros dois projetos em Portugal, um em Lisboa e outro em Braga". ■

DIA

AÇÃO

Fabricante suíça Meyer Burger abandona projeto solar nos EUA



A energética liderada por Gunter Erfurt diz que a fábrica no Colocado não é viável.

A fabricante suíça de equipamento para energia solar Meyer Burger afundou em bolsa depois de ter anunciado que vai suspender a construção de uma fábrica de células solares no Colorado – que atualmente não considera ser financeiramente viável. A decisão representa uma mudança de estratégia para a empresa que tinha planos de expandir o negócios nos Estados Unidos. O pilar central será a Alemanha. ■



-45,09%

Variação este ano: **-95,46%**
Valor em bolsa:
71,23 milhões de francos suíços

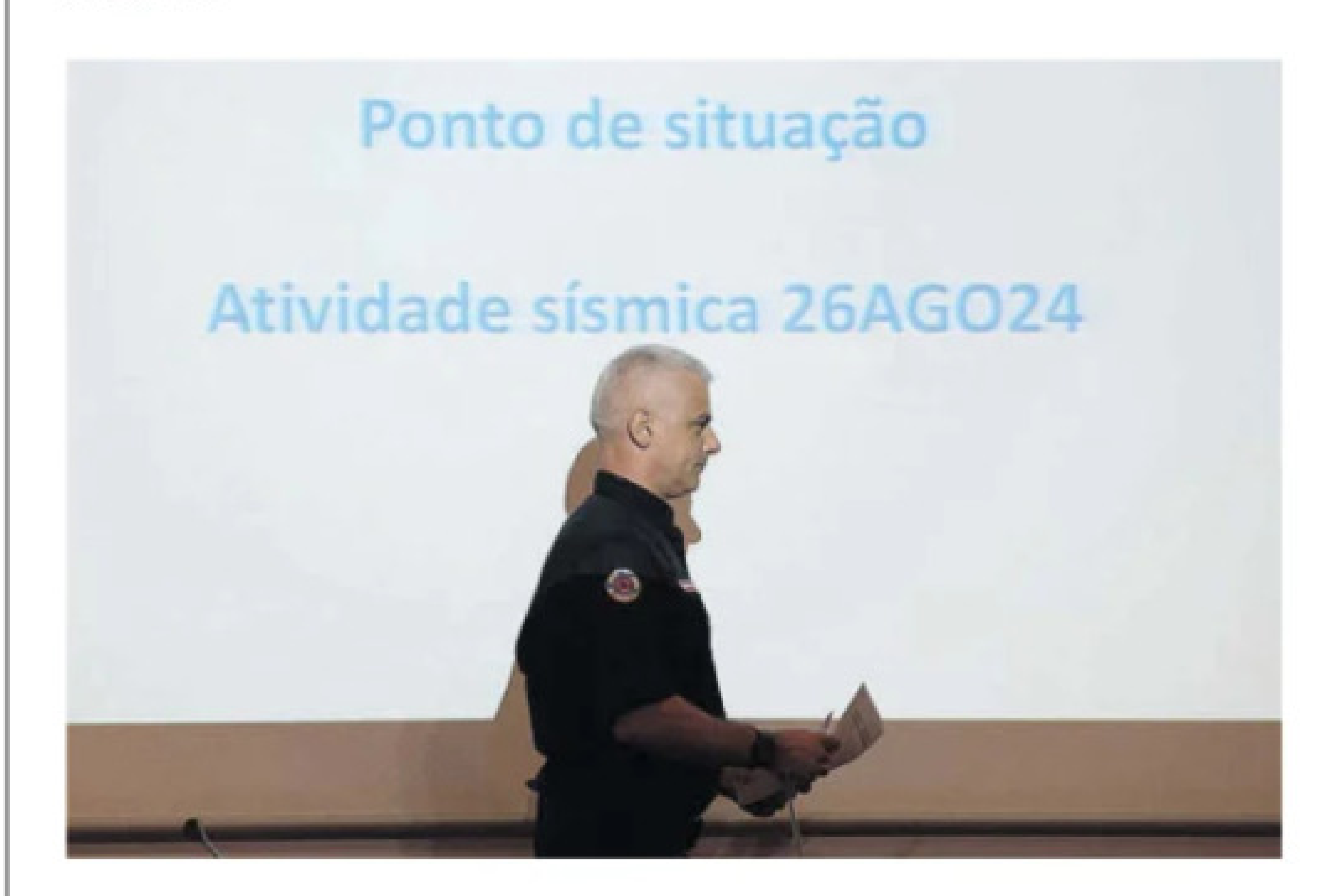
FRASE

É importante um debate sobre a construção de obras públicas em que genericamente há precauções.



MARCELO REBELO DE SOUSA
Presidente da República sobre o sismo.

FOTO



Lisboa (e boa parte do país) voltou ontem a tremer

Eram 05:11 da madrugada quando o abalo com epicentro no mar, a 58 quilómetros de Sines, se fez sentir. Lisboa acordou alvoraçada. A Proteção Civil recebeu chamadas de cidadãos desde a zona do Alentejo até Coimbra. O país foi abalado por um sismo de 5.3 na escala de Richter, "um teste real" à capacidade de resposta a catástrofes, segundo o Governo, sem vítimas nem estragos.

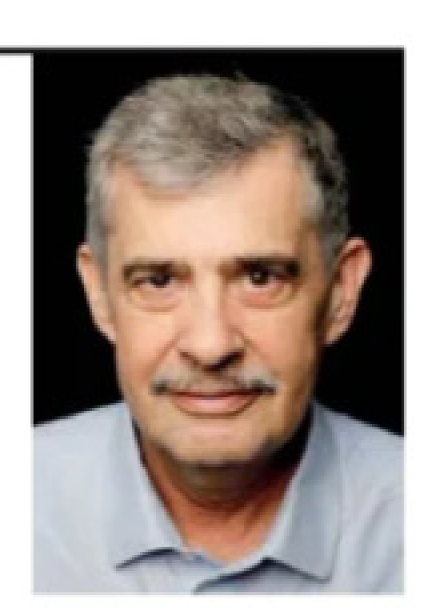
Fotografia: Tiago Petinga / Lusa

NÚMERO



O Canadá vai impor tarifas de 100% sobre os carros elétricos fabricados na China.

EDITORIAL



CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt



A imigração e o cheiro a napalm

O setor das pescas não sobreviveria sem imigrantes, garantem as associações do setor. Os imigrantes são "imprescindíveis" para a agricultura, avisam as entidades representativas do patronato. A hotelaria e a restauração precisam de imigrantes, sublinham as organizações empresariais. A construção desespera por imigrantes, reconhecem as confederações. Até a indústria mais poderosa de Portugal, o futebol, não passa sem o préstimo dos imigrantes.

O país, que há muitas décadas, por altura das férias grandes, se afadiga na organização de festas para receber os seus emigrantes que "andam lá fora a lutar pela vida", debate-se agora com uma crise de crescimento com tiques de "novo riquismo". O líder do Chega, André Ventura, que fareja o populismo da mesma forma que o tenente coronel Bill Kilgore de "Apocalipse Now" se deliciava com o cheiro a napalm pela manhã, já apresentou uma solução para resolver o problema dos imigrantes e apresentou-a até como condição para aprovar o Orçamento do Estado para 2024.

Os imigrantes devem ser tratados da mesma forma que os nossos emigrantes.

Ventura quer um referendo onde questione os portugueses sobre um limite anual de imigrantes e ainda se "concordam ou não com quotas previamente enquadradas por áreas de especialização e necessidades da economia" para a sua entrada no país.

Além de questões comezinhas, tais como as de saber quem iria definir as ditas quotas, a verdade é que já se percebeu que o país precisa dos imigrantes para trabalhos indiferenciados, para os outros que os portugueses já não querem fazer porque são mal pagos e também para os empregos qualificados, já que os cidadãos lusos são atraídos pelas melhores condições remuneratórias oferecidas, em particular, por outros países europeus.

As condições oferecidas à maioria dos imigrantes são vexatórias e resultam, em boa medida, da circunstância de o país continuar a assentar a sua competitividade nos baixos salários. As quotas não valem nada e o referendo proposto por André Ventura é a instrumentalização de um problema sério que dispensa leviandade retórica. Os imigrantes devem ser tratados com o mesmo respeito que pedimos para os nossos emigrantes. ■

#09 Cláudia **Azevedo**

O pai sabia o que dizia. Se dúvidas houvesse, a CEO da Sonae provou este ano ter um apurado "killer instinct". A faturar e a investir como nunca, o grupo está cada vez mais internacional, tecnológico, belo e saudável. E com as mulheres a tomarem quase metade das funções de liderança no maior empregador privado nacional.

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Cargo:** CEO da Sonae SGPS. ● **Naturalidade:** Nasceu a 13 de janeiro de 1970, no Porto. ● **Formação:** Licenciatura em Gestão de Empresas pela Universidade Católica e MBA pelo INSEAD. ● **Outros cargos:** Presidente da Sonae MC e da Sonae Sierra, e administradora da Sonae Indústria, Nos, Público e da "holding" familiar Efanor.

OS MAIS PODEROSOS **2024**



PORQUE MANTÉM

Com lucros e faturação em alta, a Sonae investiu mais de 1,3 mil milhões de euros no último ano, atingindo o valor-recorde de 966 milhões na primeira metade de 2024, sobretudo com as compras da finlandesa Musti e a francesa Diorren, com esta última a fortalecer a sua nova unidade de negócio Sparkfood. E fez "joint ventures" ibéricas, tornando-se líder no segmento de saúde, beleza e bem-estar na Península Ibérica, e apostando na criação de uma empresa líder no crédito ao consumo em Portugal.

TABELA DE CRITÉRIOS

Poder da fortuna	★★★★☆
Rede empresarial	★★★★★
Influência política	★★★★☆
Influência mediática	★★★★☆
Perenidade	★★★★★

RUI NEVES
ruineves@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt



no frenético: a Sonae contabilizava, no final de junho, um investimento superior a 1,3 mil milhões de euros nos últimos 12 meses, tendo atingido o valor-recorde de 966 milhões na primeira metade deste ano, período em que reforçou a internacionalização do seu portefólio com a aquisição de participações maioritárias na finlandesa Musti e na francesa BCF Life Sciences.

Acresce, já em julho, a conclusão do negócio que corporizou a fusão da Druni e da Arenal Perfumarias, retalhistas de perfumarias, cosmética e parafarmácia em Espanha, tornando-se líder no país no segmento de saúde, beleza e bem-estar , com 472 lojas e uma faturação que ultrapassa mil milhões de euros.

No âmbito desta transação, a Sonae MC adquiriu uma participação de 50% na Druni por contrapartida da sua participação de 60% na Arenal, juntamente com um investimento de cerca de 148 milhões de euros e um montante condicional de até 36 milhões de euros a ser pago nos próximos dois anos.

Nesta "joint venture" com os acionistas fundadores da Druni, o plano passa por, até lá, aumentar o número de lojas para 550 e, então, expandir o líder de mercado em Espanha para lá dos Pirenéus. A somar à rede de 315 lojas e vendas de 300 milhões de euros da Wells, insígnia da MC, a Sonae lidera o mercado ibérico, ambicionando estar a faturar dois mil milhões de euros neste negócio dentro de cinco anos.

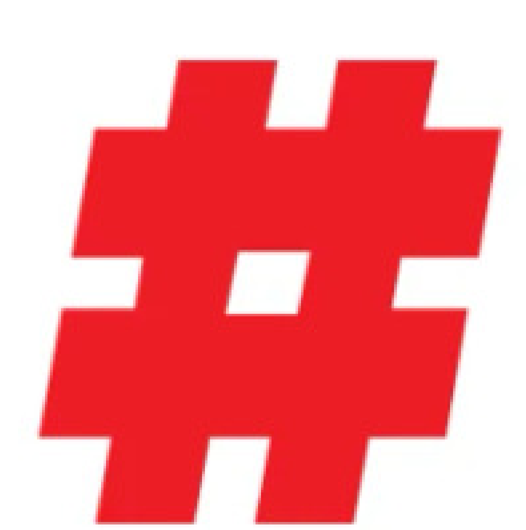
Aquisições no estrangeiro com uma pitada de Salsa

Entretanto, no final do inverno, o grupo controlado pela família Azevedo concluiu a OPA sobre a finlandesa Musti, que foi descrita pela CEO Cláudia Azevedo como "a maior aposta única provavelmente nos 60 anos da Sonae": a aquisição de uma posição de 80,65% por 700 milhões de euros da empresa líder de mercado no retalho de produtos para animais de estimação nos países nórdicos. A Musti tem mais de 340 lojas na Finlândia, Suécia e Noruega, tendo fechado o ano de

O maior empregador privado contribui com 8,9 mil milhões de euros para o PIB, ou seja, 3,7% da economia nacional, revela estudo da Nova SBE.

Continua na pág. 7

OS MAIS PODEROSOS **2024**



09
CLÁUDIA AZEVEDO

A irmã do "chairman" da Sonae e líder da "holding" familiar está aos comandos executivos do "porta-aviões" do grupo há já cinco anos.

TEIA DE INFLUÊNCIA







Bernardo Casp Sanz
CEO e acionista da Druni, que concluiu recentemente a fusão com a Arenal, numa "joint venture" com a Sonae que cria o líder ibérico no negócio de saúde, beleza e bem-estar.

Jean-Baptiste Bachelerie
CEO da Sparkfood, nova subsidiária da Sonae dedicada ao negócio da alimentação sustentável e saudável, que em abril comprou a francesa BCF Life Sciences por 160,5 milhões de euros.

Gloria Ortiz
CEO do banco espanhol Bankinter, que passou a deter metade do Universo, empresa de serviços financeiros da Sonae, numa "joint venture" que visa liderar o crédito ao consumo em Portugal.

David Rönnberg
CEO e acionista da Musti, o retalhista líder no setor de produtos para animais de estimação nos países nórdicos, que foi adquirida (mais de 80% do capital) este ano pelo grupo Sonae.

Carlos Moreira da Silva
Companheiro de viagem de longa data da família Azevedo, o líder da Business Roundtable Portugal – onde Cláudia ocupa uma das duas vice-presidências – está na administração de vários ramos do universo Sonae.



Miguel Gil Mata
Entrou na Sonae Capital pela mão de Cláudia, tendo-a substituído no cargo de CEO deste conglomerado da Efanor Investimentos ("holding" da família Azevedo) que tem Paulo como "chairman".

Miguel Almeida
É o rosto do lançamento da Nos, já lá vão 10 anos, mantendo-se à frente do braço de telecomunicações da Sonae, sendo o presidente executivo há mais tempo em funções no setor.

Margarida Azevedo
Viúva de Belmiro de Azevedo, está na administração da Efanor Investimentos SGPS, a "holding" familiar que controla o grupo Sonae, e preside à fundação que tem o nome do falecido empresário.

Paulo Azevedo
Após 12 anos como CEO da Sonae, o filho do meio de Belmiro passou a pasta à irmã, ficando como "chairman" do grupo e à frente da "holding" familiar, da Sonae Capital e da Sonae Indústria. É CEO da Fundação.





Eduardo Piedade
É o CEO da gigante MC, a dona do Continente, que vale quase 80% das vendas do grupo Sonae e detém outras marcas como a Wells e a ZU, tendo firmado a criação da líder no negócio de saúde e bem-estar em Espanha.

Sandra Maximiano
Após seis polémicos anos de mandato, tendo sido duramente criticada pela Nos e o seu acionista principal, a substituta de Cadete de Matos à frente da Anacom também já foi criticada por pedir às operadoras para não criarem obstáculos na concorrência com a Digi.

Nuno Azevedo
É o desalinho da família. O filho mais velho do falecido Belmiro sempre preferiu a cultura aos negócios, valorizando a vida fora da Sonae, surgindo apenas na assembleia da Fundação.



Ângelo Paupério
"Alma gémea"de Paulo – foram co-CEO na Sonae até cederem o lugar a Cláudia –, sempre muito próximo da família Azevedo e envolvido nos negócios do maior empregador privado em Portugal.





João Günther Amaral
CDO da Sonae, é um dos dois braços-direitos de Cláudia na comissão executiva do grupo, fazendo também parte do "board" da finlandesa Musti, adquirida este ano por 700 milhões de euros.

João Dolores
CFO da Sonae e um dos braços-direitos de Cláudia, também nasceu no Porto e é portista, estando envolvido nas grandes operações e no desenvolvimento da estratégia do grupo.

Jan Reinier Voûte
A gigante mundial em "private equity" CVC detém 25,99% da Sonae MC, tendo no "board" da dona do Continente dois representantes – Jan Reinier Voûte e Alvaro Sendagorta Cudos.



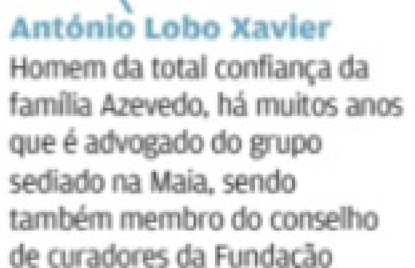
Tobias Azevedo
"Area leader" da ZU, o neto do falecido Belmiro de Azevedo e filho de Paulo quer elevar o negócio de retalho especializado em animais de companhia do grupo (que adquiriu a finlandesa Musti dedicada ao mesmo segmento) a líder de mercado.





Daniel Bessa
O economista do Porto e antigo ministro da Economia é presidente do conselho de curadores da Fundação Belmiro de Azevedo e membro do conselho fiscal da Sonae SGPS.

Carlos Osório de Castro
Amigo da família que controla a Sonae, seu advogado fiel e incontornável nos negócios do grupo, integra a administração da Fundação Belmiro de Azevedo.



António Lobo Xavier
Homem da total confiança da família Azevedo, há muitos anos que é advogado do grupo sediado na Maia, sendo também membro do conselho de curadores da Fundação Belmiro de Azevedo.

Continuação da pág. 5

2023 com vendas de 426 milhões de euros e um EBITDA de 74 milhões.

Este é um negócio em que a Sonae opera, em Portugal, desde 2014, através da ZU, marca de retalho especializado da MC que se dedica ao bem-estar e aos cuidados de saúde de cães e gatos. Ainda recentemente, o "area leader" da ZU, Tobias Azevedo, filho de Paulo Azevedo – "chairman" da Sonae –, revelou ao Negócios que a insígnia reforçou a vice-liderança do setor no nosso país com a tomada de sete lojas da concorrente PetOutlet, operando agora um total de 57. A ambição é chegar à liderança do mercado nacional.

E já depois de ter investido 110 milhões de euros na compra de empresas internacionais dedicadas ao desenvolvimento de soluções alimentares sustentáveis e saudáveis, a Sonae firmou este ano uma grande e estratégica aquisição lá fora.

Através da Sparkfood, a nova subsidiária da Sonae para a inovação alimentar, concluiu, em abril, a aquisição por 160,1 milhões de 89,1% do capital social da francesa Diorren, detentora da BCF Life Sciences, que produz ingredientes para a indústria de nutrição.

Na frente tecnológica, a Bright Pixel continuou, no último ano, a rechear o seu portefólio com empresas internacionais, como as israelitas Vicarius e Harmonya, ou a austríaca Jentis. E a marca de vestuário Salsa aterrou este verão na Jordânia, tendo já 12 das 20 lojas que pretende abrir no Médio Oriente, para um total de quase 200 que opera em mais de 40 países.

A iServices, da Worten, continua também a reforçar a sua presença internacional, nomeadamente em Espanha, França e Bélgica, tendo no primeiro semestre deste ano aberto 16 novas lojas, das quais 10 fora de Portugal, prevendo chegar a dezembro com 100.

A Sonae realizou um investimento-recorde de 966 milhões de euros no 1.º semestre do ano, com destaque para as compras da Musti e Diorren.

Continuando com o pé no acelerador na abertura de lojas no retalho alimentar, e com a Nos a crescer e a ganhar quota no mercado português de telecomunicações, merece destaque o braço imobiliário do grupo Sonae.

Tem 47 mil trabalhadores e gera 212 mil empregos

Com projetos em 35 países e ativos sob gestão de sete mil milhões de euros, a Sierra tem em curso investimentos de 700 milhões em promoção imobiliária, incluindo em Bucareste, capital da Roménia. E firmou uma parceria com a gigante norte-americana PGIM para adquirir ativos do setor da hotelaria em Portugal e Espanha, tendo já adquirido um hotel no Porto e sinalizado mais quatro na Invicta, Lisboa e Algarve.

Em matéria de crescimento por aquisição, registe-se, ainda, que há um mês a Sonae foi apontada como candidata ao grupo espanhol Uvesco, mas não confirmou nem desmentiu o interesse na compra desta rede de 268 supermercados, quatro plataformas logísticas e quase seis mil trabalhadores.

Do lado dos "exits", o grupo Sonae alienou o negócio das clínicas Dr. Well's à Lusíadas Saúde por 4,7 milhões de euros, e encerrou os supermercados Go Natural. Antes disso, vendeu metade do seu Universo ao Bankinter, no quadro de uma "joint venture" que visa liderar o crédito ao consumo no mercado português.

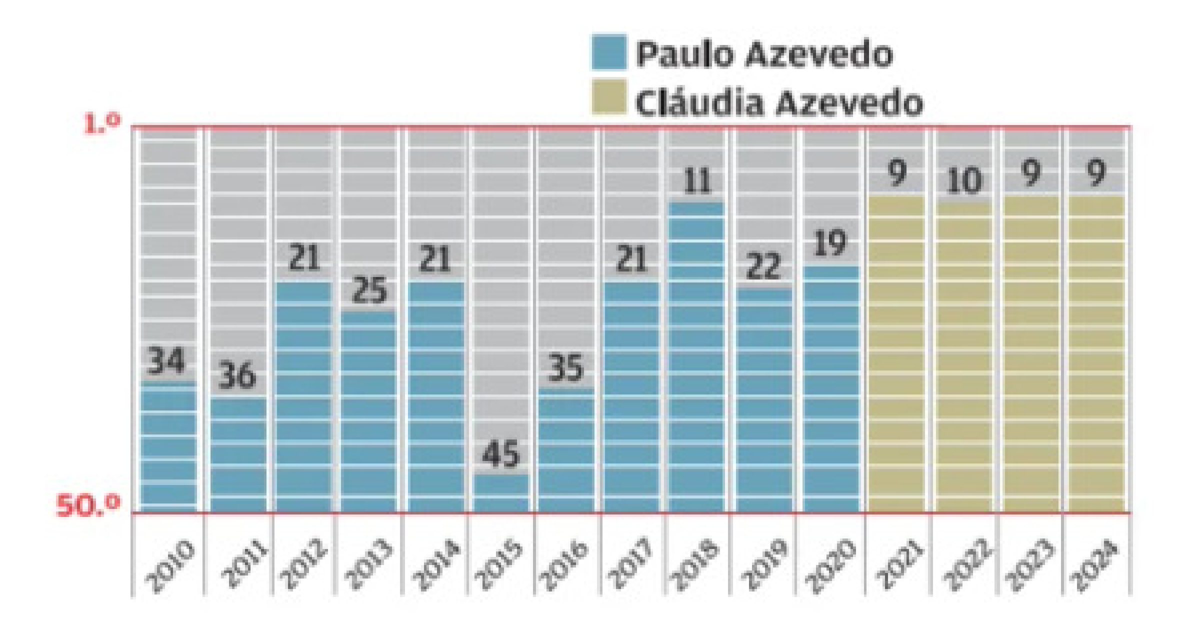
Sem esquecer que a família Azevedo detém os colossos Sonae Capital e Sonae Indústria, o "porta-aviões" Sonae SGPS fechou o ano de 2023 com vendas de 8,4 mil milhões de euros (mais 9,2% do que em 2022) e lucros de 357 milhões (subida homóloga de 6,4%), com os Azevedo a encaixarem 146,5 milhões em dividendos (da Sonae, Sonaecom e, indiretamente, Nos). E nos primeiros seis meses deste ano faturou 4,3 mil milhões (mais 11,4%) e lucrou 75 milhões (mais 13,6%).

Um estudo da Nova SBE concluiu que o grupo (dados de 2022), além dos seus 47 mil trabalhadores, gerou 212 mil empregos no resto da economia. E contribuiu com 8,9 mil milhões de euros para o PIB, ou seja, 3,7% da economia nacional. Um quadro a reforçar, aquém e além fronteiras. Afinal, Cláudia Azevedo já provou que não tem medo de tomar decisões, consolidando a pista deixada pelo pai, a de que, dos três filhos, é "a mais parecida" com ele, "a que tem mais 'killer instinct'". ■

SEGURA LUGAR NO TOP 10

Evolução no "ranking" de Os Mais Poderosos

Entrou diretamente para o 9.º lugar em 2021, dois anos depois de ter substituído o irmão Paulo no cargo de CEO da Sonae, ocupando essa mesma posição nos últimos dois anos.



Fonte: Negócios

[Sobre os resultados das eleições legislativas:] Houve um grito de mudança. As pessoas sentem que as políticas não tratam da sua vida. Deixem-se de politiquices. Entendam-se.

CLÁUDIA AZEVEDO
CEO da Sonae



O ADMIRÁVEL MUNDO DA IA



YOSHUA BENGIO
Cientista

Talvez não queiramos ter uma IA que tenha uma sensação de sobrevivência e um ego. Temos de ter cuidado ao colocarmos algum tipo de emoção nesses sistemas, não podem ser as mesmas emoções do Homem.

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CLASSIFICAÇÃO 2024

1.º	
2.º	
3.º	
4.º	
5.º	
6.º	
7.º	
8.º	
9.º	Cláudia Azevedo
10.º	Xi Jinping
11.º	Miguel Stilwell
12.º	Paula Amorim
13.º	António Rios Amorim
14.º	Miguel Maya
15.º	Paulo Fernandes
16.º	Mário Centeno
17.º	Pedro Castro e Almeida
18.º	Giorgia Melloni
19.º	Olaf Scholz
20.º	Salvador de Mello
21.º	Emmanuel Macron
22.º	Fernando Campos Nunes
23.º	Dionísio Pestana
24.º	João Lourenço
25.º	José Luís Arnaut
26.º	Carlos Mota dos Santos
27.º	Luís Marques Mendes
28.º	João Pedro O. Costa
29.º	Pires de Lima
30.º	Miguel Almeida
31.º	Carlos Tavares
32.º	Ana Figueiredo
33.º	Vladimir Putin
34.º	Sam Altman
35.º	Luís Amaral
36.º	António Portela
37.º	Pinto Balsemão
38.º	António Horta Osório
39.º	João Vieira de Almeida
40.º	Rui Miguel Nabeiro
41.º	Pedro Reis
42.º	Ricardo Pires
43.º	José Teixeira
44.º	Leonor Beleza
45.º	Nuno Sebastião
46.º	Joaquim Miranda Sarmento
47.º	José Cardoso Botelho
48.º	Luís Laginha de Sousa
49.º	Carlos Moedas
50.º	Paulo Rangel

ECONOMIA

António Cotrim/Lusa

IMPOSTOS

Mesmo com novo alívio, receita de IRS deve superar previsões

O ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, mantém a meta até 0,3% do PIB de excedente das contas públicas.

O ritmo da subida de receita de IRS até aqui permitiria antecipar para este ano um aumento do encaixe do Estado com o imposto em quase 900 milhões de euros. Com as novas tabelas de retenção na fonte já publicadas, o Governo abdica ainda neste ano de 650 milhões.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

O alívio adicional de IRS para este ano, em 650 milhões de euros, poderá mesmo assim não impedir o Estado de arrecadar mais receitas com o imposto do que aquelas que estavam previstas no Orçamento para este ano. A perspetiva era a de uma diminuição de receita em 0,4% no fluxo de caixa das administrações públicas, mas na primeira metade do ano observa-se já uma subida em 5%. A este ritmo, e sem as mudanças, seria possível encaixar mais 896 milhões de euros do que há um ano.

Após as novas alterações ao Código do IRS aprovadas pelo Parlamento, o Governo atualizou esta segunda-feira as taxas de retenção do imposto na fonte, incluindo as tabelas transitórias farão retroagir o efeito das mudanças a janeiro, num alívio de taxas mais substancial a aplicar-se por um período de dois meses.

A acomodação de tabelas até ao final do ano significará, segundo o Ministério das Finanças, que até dezembro o Estado deixará agora de arrecadar 650 milhões de euros. Já aquando da liquidação do IRS pelos rendimentos de 2024, no próximo ano, o Terreiro do Paço conta com menos 450 milhões de euros. No total, são menos 1.100 milhões de euros de impacto global das alterações que cortaram nas taxas marginais de IRS até ao 6.º escalão, aumentaram o valor da dedução específica e mexeram também nas regras do mínimo de existência, segundo o Executivo.

Vêm somar-se ao impacto de 1.769 milhões de euros do pacote de alívio de IRS aprovado no Orçamento deixado pelo anterior Governo (1.327 milhões de euros de perda de receita em 2024).

Mas, mesmo com um alívio global de IRS a aproximar-se dos dois mil milhões de euros (1.327 milhões mais 650 milhões de euros) com efeitos ainda neste ano, a forte dinâmica da receita num momento em que o emprego se mantém forte e as subidas salariais nominais médias estão nos 6,4% permite admitir que a arrecadação de receitas do imposto continue ainda a bater as metas fixadas.

Em contabilidade pública, o Orçamento do Estado para 2024 contava com menos 76,1 milhões de euros em IRS, numa descida de 0,4% para 18.071,3 milhões de euros. Porém, os dados de execução orçamental têm vindo a indicar que, ao invés de quebrar, a receita do imposto mantém subidas. No final de junho, concluída a campanha de IRS, o Estado seguia a captar mais 5% em IRS do que na primeira metade do ano passado, ou mais 324,5 milhões de euros. É um ritmo que, sem recuo no emprego ou novas medidas, poderia permitir uma subida anual de receita de 896 milhões de euros, superior ao alívio adicional que agora será garantido.

É também o Governo que indica neste momento que, apesar do impacto considerável das medidas aprovadas no Parlamento, não está em causa o equilíbrio das contas públicas, nem sequer a meta de excedente orçamental previsto para este ano ou para o próximo (0,2% a 0,3% do PIB).

No final desta semana, a execução orçamental poderá indicar assim uma forte melhoria do saldo orçamental – que, de resto, foi penalizado até junho pelo adiamento de pagamentos de IRC. O Governo poderá ainda captar mais receita do que o previsto com outros itens fiscais. A receita de ISP, que seguia a subir 16,7% até junho face a um ano antes, deverá beneficiar também de novo descongelamento parcial da taxa de carbono, feito pelo Governo também nesta segunda-feira. ■

-0,4%

PREVISÃO
Em contabilidade pública, a receita de IRS deveria cair 0,4% neste ano, segundo o OE 2024. Pelo contrário, está a subir 5% até junho.

Empresas têm até dezembro para refletir acerto das novas tabelas

O Governo espera que empregadores e entidades responsáveis pelo pagamento de pensões comecem já em setembro a acertar nas folhas de vencimento o IRS cobrado desde o início do ano em excesso face às novas taxas de imposto, aplicando tabelas transitórias com taxas mais reduzidas. Mas, as regras são flexíveis, e na prática será possível fazer até ao final do ano os acertos que produzirão o maior alívio mensal para os contribuintes.

Foram publicados nesta segunda-feira dois conjuntos de novas tabelas de retenção na fonte, para fazer refletir as descidas de IRS aprovadas no Parlamento. Num primeiro momento, para os rendimentos recebidos de 1 de setembro a 31 de outubro, há um corte de taxas mais profundo destinado a fazer retroagir a janeiro o impacto das mudanças. Já para novembro e dezembro vigorarão tabelas com taxas sem efeito de acerto. Nalguns casos – salários até 1.175 euros e algumas pensões até 1.487 euros – as tabelas transitórias implicam que os titulares dos rendimentos não realizarão qualquer desconto pelo período de dois meses.

O objetivo do Governo é que o maior alívio seja sentido já a partir de setembro, mas este admite dificuldades para as empresas e outras entidades em conseguirem processar salários e pensões já com as novas regras.

O despacho com as novas tabelas assinado pela secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Cláudia Reis Duarte, introduz grande dose de flexibilidade, permitindo na prática que empregadores e outras entidades possam fazer o acerto nos descontos de IRS até ao final do ano. "Nas situações em que as retenções na fonte sobre os rendimentos do trabalho dependente e de pensões pagos ou colocados à disposição entre 1 de setembro e 31 de outubro de 2024 não tenham sido efetuadas de acordo com as tabelas previstas (para esse período), a entidade sobre a qual recai a obrigação de retenção pode proceder à sua retificação nas retenções a efetuar nos meses seguintes, até ao mês de dezembro de 2024, inclusive", refere-se.

No final de julho, ao Negócios, a bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco, alertava para a necessidade de as novas tabelas de retenção na fonte serem atualizadas até 10 de agosto, sob pena de as empresas não conseguirem aplicá-las nos salários pagos em setembro. ■

MC/PRP

Em setembro e outubro, há taxas mais reduzidas para acertar descontos feitos desde janeiro.

ACERTOS PODEM DAR ALÍVIO DE MAIS DE 500 EUROS

Simulações de variação mensal no rendimento líquido com as novas tabelas de retenção de IRS, em euros

As tabelas a aplicar nos meses de setembro e outubro, para esbater o efeito das retenções na fonte já feitas desde janeiro, trarão os maiores alívios mensais, que chegam aos 553 euros de ganho líquido mensal entre os contribuintes com os rendimentos mais altos, de acordo com as simulações da consultora Ilya. Já nos salários mais baixos, para os quais não haverá desconto, a melhoria temporária nos próximos dois meses vai até aos 101 euros. O despacho do Governo com as novas tabelas dá, no entanto, flexibilidade para que estes acertos possam ser adiados, no limite, até dezembro.

RETENÇÕES ENTRE 1 DE SETEMBRO E 31 DE OUTUBRO

NÃO CASADO SEM DEPENDENTES

Rendimento mensal	Retenção na fonte	Diferença mensal
900€		38€
1.100€		101€
1.500€	12€	191€
2.000€	41€	308€
2.500€	101€	430€
4.000€	556€	564€
10.000€	3.180€	553€

CASADO DOIS TITULARES (1 DEPENDENTE)

Rendimento mensal	Retenção na fonte	Diferença mensal
900€		16€
1.100€		79€
1.500€		181€
2.000€	19€	308€
2.500€	79€	431€
4.000€	535€	564€
10.000€	3.159€	553€

RETENÇÕES A PARTIR DE 1 DE NOVEMBRO

NÃO CASADO SEM DEPENDENTES

Rendimento mensal	Retenção na fonte	Diferença mensal
900€	37€	1€
1.100€	93€	8€
1.500€	190€	14€
2.000€	331€	18€
2.500€	509€	22€
4.000€	1.101€	19€
10.000€	3.725€	8€

CASADO DOIS TITULARES (1 DEPENDENTE)

Rendimento mensal	Retenção na fonte	Diferença mensal
900€	16€	0€
1.100€	72€	7€
1.500€	168€	13€
2.000€	309€	18€
2.500€	488€	22€
4.000€	1.079€	20€
10.000€	3.703€	9€

Fonte: Ilya

FUNDOS EUROPEUS

Governo estuda novos apoios após queixa de discriminação com fundos

Instituições de ensino superior privado queixam-se de exclusão no acesso a fundos europeus para criação de cursos profissionais. Executivo explica primazia do setor público com falta de verbas e admite lançar novos avisos para incluir privados.

JOANA ALMEIDA
joanaalmeida@negocios.pt

O Governo está a estudar a possibilidade de vir a lançar novos avisos em resposta a uma queixa de alegada discriminação do setor privado no acesso a fundos europeus destinados a instituições de ensino superior. O Executivo recusa falar em concentração de apoios no setor público e admite colocar a concurso mais verbas direcionadas a privados no âmbito do atual quadro comunitário, o Portugal 2030.

Em causa está um aviso, lançado pela autoridade de gestão Norte 2030 no final de julho, com vista à criação e melhoria de infraestruturas, bem como à criação de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP), na região Norte. O aviso, que está aberto até março do próximo ano, tem uma dotação total de 10,5 milhões de euros, que pode ser revista em alta "até ao limite de 30,5 milhões". No entanto, só as instituições de ensino superior público é que se podem candidatar a esses apoios. De fora, ficam as instituições de ensino superior do setor social, particular e cooperativo.

A exclusão dessas entidades no acesso a apoios levou a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP) a apresentar queixa junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Norte e da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), que coordena a implementação desses fundos europeus. Acusam a entidade promotora do aviso de "discriminação" no acesso a fundos europeus e manifestam "profunda preocupação" com a "equidade e justiça na distribuição de recursos públicos" em Portugal.

"Considerando que o financiamento em questão é proveniente da União Europeia e sendo estes fundos públicos destinados aos diversos Estados-membros, torna-se inadmissível a discriminação no âmbito dos seus beneficiários, ao excluir, injustificadamente, as candidaturas provenientes de instituições de ensino superior do setor social, particular e cooperativo", lê-se na queixa apresentada pela APESP.

Mariline Alves



Aviso em causa prevê 10,5 milhões só para o ensino superior público.

É inadmissível (...) excluir [do acesso a fundos europeus] as candidaturas provenientes de instituições de ensino superior do setor social, particular e cooperativo.

APESP

Nos próximos avisos, podem vir a ser admitidas candidaturas de instituições do setor social, particular e cooperativo. Assim, estão em ponderação as condições a estabelecer para futuras candidaturas.

GOVERNO



Questionado sobre o caso, o Governo reconhece que o referido aviso exclui qualquer candidatura por parte de instituições de ensino privado e explica que a decisão foi tomada dada a falta de verbas comunitárias a alocar à criação de mais cursos profissionais. "A significativa escassez de recursos financeiros disponíveis para apoio aos TeSP, no âmbito dos programas regionais 2021-2027, conduziu à decisão de abrir avisos do Norte 2030 orientados exclusivamente para entidades públicas", explica o Ministério da Coesão Territorial, que tem a tutela dos fundos europeus.

Porém, desdramatiza a queixa apresentada pelas instituições de ensino privado, garantindo que "tal não significa que em próximos avisos não possam vir a ser admitidas candidaturas de instituições do setor social, particular e cooperativo". Diz mesmo que "estão em ponderação", por parte das autoridades de gestão e coordenação de fundos europeus, "as condições a estabelecer para futuras candidaturas" com uma finalidade idêntica à do aviso lançado.

Na queixa apresentada às autoridades competentes, a APESP sublinha que "esta não é a primeira vez que a autoridade de gestão Norte adota uma postura discriminatória desta natureza", dando conta de que noutro aviso lançado o ano passado "também se verificou a restrição de financiamento de TeSP ao ensino estatal". Por isso, insta "à correção dessa incongruência", dizendo que o apoio exclusivo a instituições de ensino superior público é "manifestamente redutor" e que, nos termos do aviso lançado, só pode ser entendido como "um lapso".

"Urge reformular o perfil dos candidatos admitidos a concurso, de modo a assegurar a igualdade de oportunidades a todas as instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou particulares, em conformidade com os princípios e valores consagrados na Constituição e na lei", exorta a associação liderada por António Almeida Dias, lembrando que "todas as instituições de ensino superior, independentemente do seu caráter público ou privado, desempenham um papel fundamental no enriquecimento académico, bem como no aprofundamento e desenvolvimento da formação superior e cultural do país".

Contudo, o Governo descarta correções ao aviso em causa e remete a admissão de eventuais candidaturas de instituições de ensino superior do setor social, particular e cooperativo para futuros avisos. Reconhece ainda que a exclusão do setor privado do acesso a fundos para criação de cursos profissionais tem sido "prática comum aos restantes programas regionais" em todo o continente. ■

CONJUNTURA

Pessimismo alastra a toda a economia alemã e dá força a corte de juros

Inquérito de agosto às empresas germânicas revela que há um receio generalizado de um período longo de estagnação da maior economia europeia. O índice de confiança está ao nível mais baixo desde o final do ano passado. BCE fica com mais argumentos para reforçar corte de juros.

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

A recuperação parece estar ainda longe na Alemanha, pelo menos a tomar pela confiança que os empresários germânicos revelaram nos inquéritos de agosto divulgados nesta segunda-feira. Depois dos dados desapontantes do índice de compras revelados na semana passada, agora o instituto Ifo dá conta de uma vaga de pessimismo na maior economia europeia,

"O sentimento económico entre as empresas regista uma tendência descendente", começa por indicar o instituto alemão. "O índice de clima empresarial caiu de 87,0 pontos em julho para 86,6 pontos em agosto." Mas a perceção é de nuvens negras no horizonte mais próximo. Em agosto, os empresários e gestores "avaliaram a sua situação atual como pior", refere o Ifo em comunicado, acrescentando que "as expectativas são agora mais pessimistas." A conclusão é uma: "a economia alemã está a entrar cada vez mais em crise."

Mas a novidade do inquérito deste mês é a de que o desânimo é comum a todos os setores de atividade, a começar pela relevante indústria transformadora, em que "o índice caiu consideravelmente." Neste segmento de negócio, as empresas "mostraram-se significativamente menos satisfeitas com a situação atual", com as "expectativas a caírem para o nível mais baixo desde fevereiro."

Mas também o setor dos serviços dá sinais de maior esmorecimento, reforçando a entrada em terreno negativo. "O clima empresarial deteriorou-se" neste setor, refere o Ifo.

"No setor do comércio, o clima de negócios melhorou ligeiramente depois de ter diminuído duas vezes seguidas", indica o instituto económico. No entanto, "os retalhistas estão menos satisfeitos com a situação atual dos negócios."

Já no setor da construção, o índice "manteve-se inalterado", contudo as expectativas para o futuro deterioraram-se ligeiramente em agosto.

Fabian Bimmer/Reuters



A Alemanha entrou em contração no segundo trimestre do ano e acumulam-se os sinais de uma recuperação adiada.

Uma longa estagnação?

Os dados mais recentes sobre a evolução da economia alemã são tudo menos animadores. O PIB no segundo trimestre deste ano contraiu 0,1% face aos primeiros três meses. A produção industrial, por seu lado, avançou apenas 1,6% em junho, depois da estagnação em maio.

As exportações – que dão dos maiores contributos à atividade – continuam em contração. Aliás, a Alemanha, que é o terceiro maior exportador do mundo, deu o grande empurrão para que as trocas comerciais do G20 (as 20 maiores economias) fossem arrastadas para a estagnação.

"A economia alemã parece ter voltado ao ponto em que se encontrava há um ano: o atraso de crescimento da Zona Euro, com poucos sinais de uma melhoria iminente", assinalou Carsten Brzeski, diretor global de macroeconomia do ING Research.

Na leitura de Brzeski, "a esperança que animou a economia alemã nos primeiros meses do ano desapareceu, nomeadamente devido a uma economia global mais fraca, mas também aos receios de um arrefecimento da economia dos EUA, às atuais tensões geopolíticas e à incerteza da política interna."

A arrefecimento esperado na locomotiva da Europa dá novos argumentos ao Banco Central Europeu para avançar com mais cortes nas taxas de juro até ao final do ano. Os analistas esperam pelo menos mais um corte em setembro e outro mais no final do ano. A taxa e depósito está atualmente nos 3,75%.

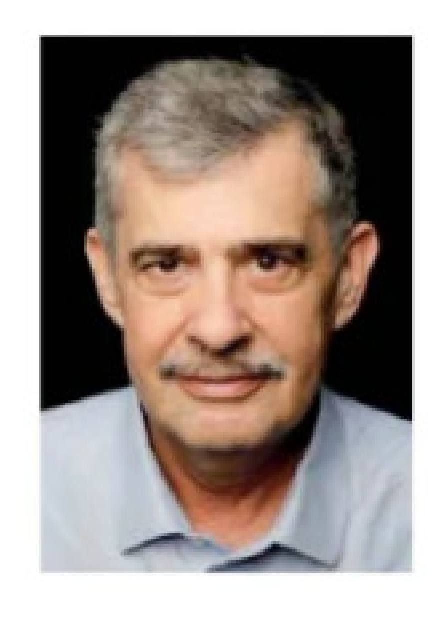
86,6

SENTIMENTO
Os empresários alemães ficaram ainda mais pessimistas em agosto. O índice do Ifo está ao nível mais baixo desde o final do ano passado.

ECONOMIA



Angola vende 15% do BFA e força BPI a fazer igual



CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

Despacho presidencial de João Lourenço estabelece que a Unitel venda em bolsa uma posição no Banco de Fomento Angola. BPI terá de realizar um movimento de idêntica natureza para evitar problemas com o Banco Central Europeu.

Ampe Rogério/Lusa



João Lourenço mandatou a ministra das Finanças para organizar a venda em bolsa de 15% do BFA.

Contra vontade, o BPI vai ter mesmo de avançar com a venda de 15% do capital do Banco de Fomento Angola (BFA), acompanhando o Estado angolano que anunciou a intenção de vender em bolsa uma posição igual. Os termos da operação foram definidos num despacho presidencial assinado na passada sexta-feira pelo Presidente da República, João Lourenço.

O BFA está nãos mãos de dois acionistas, a operadora de telecomunicações angolana Unitel, que detém 51,9% do capital, sendo que os remanescentes 48,1% estão na posse do BPI, que por sua vez é controlado pelos espanhóis do Caixabank.

O BPI, embora tenha avançado no ano passado com um concurso para vender a totalidade da posição no BFA, fê-lo de forma pouco convicta e apenas para agradar ao Banco Central Europeu (BCE), o qual tem exigido que os bancos da Zona Euro diminuam a sua exposição a Angola.

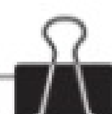
A escassa vontade do BPI em sair de Angola radica no facto de o BFA ter sido sempre uma generosa fonte de dividendos para o banco português. Só nos três últimos anos, o BPI lucrou com 105,7 milhões de euros (2021), 96,2 milhões (2022) e 41,5 milhões (2023) com o BFA. Com uma atividade tão rentável, o impulso para sair é nulo.

Agora, depois de João Lourenço ter dado instruções para a Unitel alienar 15% do BFA, o BPI terá de forçosamente de realizar um movimento idêntico. Caso contrário, ficaria como maior acionista da instituição financeira angolana, o que o colocaria sob enorme pressão visto que a situação se traduziria num incumprimento das orientações determinadas pelo BCE.

O despacho presidencial diz que a "privatização parcial das ações que o Estado detém no BFA" se insere no Programa de Privatizações (Propriv) "prorrogado para o período de 2023-2026". "À ministra das Finanças [Vera Daves de Sousa] é delegada competência, com a faculdade de subdelegar, para a verificação da validade e legalidade dos atos subsequentes no âmbito do respetivo procedimento", estipula o referido despacho.

Em 2023, quando o BPI colocou a participação de 48,1% à venda, recebeu duas propostas de compra, uma do grupo angolano Carrinho e outra da Gemcorp. À data, o banco português colocou a fasquia de 411 milhões de euros como o valor mínimo para alienar este ativo. O grupo Carrinho, de natureza industrial, ganhou protagonismo durante o consulado presidencial de João Lourenço e já controla dois bancos, o Banco de Comércio e Indústria (BCI) e o Keve. Por sua vez, a Gemcorp tem uma atividade relevante em Angola no financiamento de grandes obras, caso da construção da nova refinaria de Cabinda. O BPI comunicou, em julho do ano passado, a suspensão da venda, uma decisão que justificou face à depreciação do kwanza, Em 2023, a moeda oficial angolana desvalorizou 39% face ao dólar.

É provável que estes dois grupos reapareçam como interessados na aquisição das duas participações de 15%, podendo contar com a concorrência de "private equities" que procuram negócios rentáveis no continente africano.



Factos relevantes

- Em 2023, o BPI suspendeu a venda da participação de 48,1% do BFA, justificando a decisão com a desvalorização do kwanza.
- O BFA tem sido sempre uma fonte generosa de dividendos para o BPI.
- O Estado angolano não definiu prazo para a venda de parte da posição da Unitel no BFA.

Nigerianos ganham força em Angola

Esta venda vem assim agitar o setor financeiro deste país. Os acionistas angolanos do Banco Millennium Atlântico, tal como o Negócios avançou em abril, estão a equacionar a possibilidade de realizar uma alteração na estrutura de controlo do banco, tendo em marcha contactos preliminares que visam concretizar o redesenho acionista da instituição financeira.

A exploração desta oportunidade tem sido efetuada sem envolvimento do Millennium BCP, o qual controla 22,53% do Millennium Atlântico e poderá passar por uma parceira com o Acess Bank. Este grupo de origem nigeriana adquiriu 29,22% do Finibanco ao Montepio por 10 milhões de dólares, tendo igualmente comprado as atividades do britânico Standard Chartered Bank em Angola, ficando com 60% do capital da instituição bancária.

A Unitel, além de colocar à venda parte da sua posição no BFA, vai também ela própria ser alvo de uma privatização parcial cujos termos são estabelecidos num outro despacho presidencial. Assim, 15% do capital da operadora de telecomunicações que é atualmente detida pelo Estado, será alienada por via de Oferta Pública Inicial (OPI), sendo uma participação adicional de 2% será colocada sob reserva para ser posteriormente adquirida "em condições especiais pelos trabalhadores e membros dos órgãos sociais da empresa". ■

TELECOMUNICAÇÕES

Como a Digi se expandiu e os planos para Portugal

A estratégia da Digi não tem tido sucesso em todos os países. Em Portugal, pode vir a ter novos obstáculos no móvel com a não renovação do MVNO da Nowo e a libertação de faixas 5G.

SARA RIBEIRO
sararibeiro@negocios.pt

A chegada da Digi a Portugal tem gerado expectativas altas junto dos consumidores, bem como dos concorrentes. Aos poucos, a operadora romena, conhecida pelos preços agressivos, tem levantado o véu sobre os planos que tem em marcha para o mercado português onde tem enfrentado alguns obstáculos. E podem não ficar por aqui. Mas a entrada e sucesso da empresa fundada em 1992 por Zoltan Teszari não tem seguido a mesma trajetória em todos os mercados.

No país de origem, o êxito tem sido notório. "É líder na banda larga fixa e no segmento móvel", explicou ao Negócios Nora Nagy, analista do Erste Group Bank. A especialista em telecomunicações lembrou ainda que com a aquisição da Telekom Roménia Mobile, em maio deste ano, tornou-se a terceira maior operadora móvel no país.

Na Hungria, a história da Digi não se escreveu pelas mesmas linhas. Em 2019, lançou no seu país vizinho uma oferta de rede móvel através de infraestrutura própria. Porém, não conseguiu garantir os direitos de frequência do espetro móvel dos concursos do 5G nem fechar um acordo de "roaming" com nenhuma operadora, tendo depois vendido a sua subsidiária húngara por um preço atrativo à 4iG, uma empresa próxima do Governo húngaro, contaram ao Negócios fontes do mercado.

Em Espanha, é a operadora que regista maior crescimento e abalou o mercado com a sua estratégia de preços agressivos. Já em Itália, onde entrou em 2010 também com um acordo para MVNO (operador móvel virtual) "não teve tanto sucesso", referiu a analista, acrescentando que este mercado já nem está no foco do investimento (CAPEX) do grupo.

500

INVESTIMENTO
A Digi anunciou que tem mais de 500 milhões para investir em Portugal. A data de entrada ainda não é conhecida.

Novos mercados

Tanto na Bélgica como em Portugal, o primeiro passo da estratégia de entrada passou por adquirir direitos de frequência de espetro móvel, "talvez uma lição aprendida pela experiência da Hungria", comentou Nora Nagy. Por cá, onde planeia não ter ofertas com fidelizações por dois anos como as rivais, também ainda não conseguiu chegar a acordo para usar as redes das concorrentes (o chamado roaming nacional, criado para facilitar a entrada de novos "players").

Como as propostas para o roaming feitas pelas operadoras em Portugal não foram consideradas "satisfatórias", o CEO da empresa romena já veio dizer que o mais provável é a oferta móvel ser lançada através do investimento em infraestrutura própria – um cenário parecido ao da Hungria.

Neste caso concreto, da oferta móvel, a compra da Nowo pela Digi não resolve completamento o problema. Isto porque a oferta móvel da Nowo é feita través de um acordo MVNO com a Meo celebra-

A ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO DA DIGI

Com 32 anos de história, a Digi soma hoje 25,5 milhões de contratos de serviços de telecomunicações, um aumento de 14%. A larga fatia continua a ser da Roménia. Em Espanha cresce 30%, enquanto Itália fica mais aquém.

Portugal terá oferta completa

O objetivo da Digi é lançar uma oferta completa ao mesmo tempo em Portugal: televisão paga, banda larga fixa e rede móvel. Serviços que não deverão ter fidelizações por dois anos, ao contrário da maioria das ofertas dos concorrentes. A informação foi avançada pelo CEO da Digi Communications, Serghei Bulgac, durante a conferência de apresentação dos resultados do primeiro semestre. A dificuldade em fechar acordos de roaming nacional – que permite alugar a rede de outros operadores – foi confirmada pelo gestor, que revelou que contactaram as rivais, mas as propostas de preços que receberam não foram "satisfatórias". Uma situação que a Anacom está a acompanhar de perto e não exclui atuar se for preciso para garantir uma "resolução adequada dessas dificuldades", como tinha assegurado ao Negócios fonte oficial do regulador. De forma a acelerar a entrada em Portugal, que tal como na Bélgica será concretizada após os leilões para o 5G, a Digi fechou acordo para comprar a Nowo, operação que ainda aguarda luz verde da Autoridade da Concorrência.

Em Espanha cresce 30%

Espanha marcou a internacionalização da Digi. A entrada foi feita em 2008 como operador móvel virtual (MVNO) – através de acordos com outras operadoras – enquanto ia construindo a sua rede própria. Inicialmente, o objetivo era atrair os expatriados romenos, mas o negócio "correu melhor do que o esperado", como apontou Nora Nagy, analista do Erste Group Bank. Agora, a subsidiária da Digi no país vizinho está posicionada para fazer a transição de MVNO para operador com rede própria. E o recente acordo de roaming nacional com a Telefónica, com início a partir de 2025, deverá ajudar a aumentar as receitas entre 13 e 15%, segundo a Fitch. Em Espanha, mercado que tem assistido à concentração do setor, no final de junho tinha 7,5 milhões de serviços contratados, o que representa um aumento de 30%. Destes, 5,3 milhões eram clientes do segmento móvel, 1,7 de banda larga móvel e 544 mil de internet fixa. No país vizinho, a Digi não tem, para já, oferta de televisão paga. Sendo a operadora com o crescimento mais rápido neste mercado, tem pressionado os rivais a melhorar os seus serviços quer ao nível da oferta, quer do preço.

Hungria, lição aprendida?

Atualmente, a Digi marca presença na Roménia, Espanha e Itália e prepara-se para entrar em Portugal e Bélgica. Mas também já esteve na Hungria, uma aposta que não correu como desejado. Apesar de ter ganho bastante "popularidade com as suas ofertas baratas e boa qualidade de rede", tendo até chegado a ser o "segundo maior fornecedor de banda larga fixa" da Hungria, não conseguiu garantir os direitos de frequência do espetro móvel e nenhuma das operadoras celebrou um acordo de roaming com a Digi", explicou ao Negócios Nora Nagy, analista do Erste Group Bank. Segundo a especialista em telecomunicações, o regulador húngaro dificultou a expansão da Digi, o que explica a decisão de ter vendido a operação local a um preço na altura considerado bastante atrativo à 4iG. "Tanto na Bélgica como em Portugal, entrou nos mercados adquirindo direitos de frequência móvel do espetro como um primeiro passo – talvez uma lição aprendida na Hungria", comentou Nora Nagy. A operadora romena duplicou os lucros no primeiro semestre para 54,3 milhões de euros, mas a receita por utilizador (ARPU) tem vindo a encolher.

Roménia, o tiro de partida

A Digi nasceu em 1992, no seguimento da fusão de algumas empresas do setor na Roménia, pelas mãos de Zoltan Teszari, um empresário de quem não há muitas informações públicas. Após estas compras, a empresa garante que a estratégia passa pelo crescimento orgânico através do reforço de infraestruturas para poder concorrer com os vários "players" que marcam presença no país, como as gigantes Vodafone, a Orange e a T-Mobile. Na Roménia, a Digi cobre todas os serviços do setor: televisão paga, telemóvel e banda larga fixa e "tem incentivado a concorrência levando outros operadores a melhorar os seus serviços e preços para se manterem competitivos", explica Mário Marques da Silva, professor na Universidade Autónoma. No final de junho, aumentou o número de serviços contratados (RGU) em 8% para 17,5 milhões, com o móvel a concentrar o maior número: 6,2 milhões, mais 15% face a 2023. "O mercado romeno é bastante competitivo, mas a Digi tem-se destacado devido aos seus investimentos contínuos em infraestrutura moderna", acrescentou o coordenador do Mestrado em Engenharia Informática e de Telecomunicações.

Itália cresce, mas não tanto

Dois anos depois de entrar no mercado espanhol e ter corrido melhor do que o esperado, a Digi decide alargar a sua presença a Itália. A estratégia foi igual à de Espanha: através de um acordo para operador móvel virtual (MVNO). Atualmente, este acordo é com a Vodafone. Porém, os resultados não foram os mesmos. Nos resultados financeiros, a empresa já nem detalha os dados relativos a este mercado. Os mesmos são agrupados como "Itália e outras operações", que incluem Portugal e Bélgica – mercados onde ainda não lançou os seus serviços. A presença no país, que visa principalmente "a grande comunidade romena local", como a Digi sublinha, é feita apenas no segmento móvel. Segundo o último relatório, relativo ao primeiro semestre, tem 456 mil serviços contratados (RGU), um aumento de 16,6%. Como explicou ao Negócios Mário Marques da Silva, o mercado italiano continua dominado por grandes operadores como a TIM, Vodafone e Wind Tre. A entrada de novos "players" é "desafiadora devido à forte concorrência e à necessidade de grandes investimentos em infraestrutura", acrescentou o professor da Universidade Autónoma.

Bélgica, entrada através de parceria

A par com Portugal, a Digi prepara-se para entrar ainda este ano na Bélgica. Quando? Também ainda não se sabe. Mas a expansão a este país está a ser trabalhada há mais tempo e será através de uma "joint venture" assinada em 2002 com a Citymesh, do grupo belga Cegeka. Tal como aconteceu em Portugal, concorreu ao leilão para licenças móveis, e está neste momento a desenvolver redes fixas e móveis. Segundo Mário Marques da Silva, professor na Universidade Autónoma, o setor de telecomunicações na Bélgica é dominado por alguns grandes operadores, "mas há espaço para novos, especialmente aqueles que podem oferecer serviços inovadores e competitivos, como é o caso da Digi". E apesar da entrada na Bélgica ainda estar numa fase inicial, "espera-se que aumente a concorrência, incentivando os operadores existentes a inovar e melhorar os seus serviços para manter a sua base de clientes", detalhou o especialista em telecomunicações. Já a Digi, comenta apenas que na Bélgica, continua "o desenvolvimento da parceria e a construção de infraestruturas para sustentar o lançamento de serviços comerciais em 2024".

do em janeiro de 2016. E a operadora da Altice não deverá renovar o contrato.

De acordo com o documento da decisão da Autoridade da Concorrência sobre o chumbo à operação de concentração Nowo/Vodafone, a Meo "coloca não só em causa qualquer tipo de possibilidade de renegociação dos termos do contrato de MVNO [à Nowo], mas também levanta sérias dúvidas quanto à própria exequibilidade de um contrato de roaming nacional na sequência do leilão [5G em] 2021", lê-se no mesmo documento. Além disso, recentemente a Anacom anunciou que aprovou a extensão pedida pela Nowo do prazo para lançar as ofertas 5G até ao final de 2025.

A operadora da MásMóvil tinha que lançar serviços com base nesta tecnologia este ano ainda, no âmbito das regras do leilão do 5G, tal como a Digi. Porém, tinha pedido ao regulador o alargamento do prazo caso a venda à Vodafone não tivesse luz verde, de modo a dar tempo para retomar o projeto de rede móvel própria com recurso a roaming nacional.

Mas as dificuldades da Digi no segmento móvel podem não ficar por aqui. A fusão com a Nowo pode levar à obrigação de libertação de algumas frequências do 5G, uma vez que foram compradas com condições especiais de novos entrantes. Questionada pelo Negócios sobre esta situação e se o futuro novo leilão do 5G poderia incluir parte deste espetro, fonte oficial da Anacom referiu que "irá consultar em breve o mercado sobre um conjunto de faixas de frequências que poderão vir a integrar um leilão". E a decisão a tomar "terá sempre em conta uma interpretação do estado do mercado e das necessidades específicas que forem identificadas", sublinhou, lembrando que a operação de concentração será avaliada pela AdC. ■

150

COMPRA

Este mês, a operadora romena chegou a acordo com a Lorca para comprar a Nowo por 150 milhões de euros.

LOGÍSTICA

IP está a estudar sete localizações como alternativa à Bobadela

O complexo logístico da Bobadela, que começou a ser desocupado para a realização da Jornada Mundial da Juventude, tem de ser definitivamente deslocalizado até ao final de 2026. A IP ainda está a comparar alternativas e estima um custo de 100 milhões de euros.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

Cátia Barbosa



Os primeiros contentores começaram a ser retirados em 2022 do complexo da Bobadela para preparar a Jornada Mundial da Juventude.

A Infraestruturas de Portugal (IP) ainda está neste momento "a analisar e a comparar sete localizações alternativas" para o complexo logístico rodoferroviário da Bobadela, já que até ao final de 2026 tem de proceder à sua deslocalização definitiva. O número de opções que estão agora em estudo para o novo terminal é avançado pelo Ministério das Infraestruturas e Habitação em resposta a questões colocadas pelo grupo parlamentar do PS, e representa mais duas possibilidades do que as cinco que a IP tinha identificado em 2022 e que eram Castanheira do Ribatejo, Carregado, Rio Maior, Barreiro e Poceirão.

A decisão de realizar a Jornada Mundial da Juventude, em agosto do ano passado, no local que abrangia parte do complexo da Bobadela levou o anterior Governo a determinar, ainda em 2021, a desocupação progressiva das parcelas necessárias para o evento, mas a fixar também um calendário para a relocalização definitiva daquele complexo logístico localizado no concelho de Loures.

A resolução do Conselho de Ministros aprovada em abril desse ano determinou a desocupação até ao fim de 2022 das parcelas do parque de manutenção e do parque sul. Já as do parque central tinham de ser temporariamente desocupadas entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2023, tendo a sua libertação definitiva de acontecer até abril de 2024. E as do parque norte, concessionado pela IP, "devem ser definitivamente desocupadas e libertadas, com a inerente desafetação do domínio público ferroviário, até 31 de dezembro de 2026". A empresa pública foi então autorizada a realizar as despesas necessárias à desocupação dos terrenos dos parques sul e central até seis milhões de euros (mais IVA) e mandatada "para desenvolver de imediato todos os trabalhos, diligências e procedimentos necessários à relocalização do complexo logístico da Bobadela", incluindo a cessação das concessões vigentes. Esse foi o caso do terminal sul, que estava concessionado à operadora ferroviária de mercadorias Medway, em que a antecipação do fim da concessão teve, segundo o Observador, um custo de 933 mil euros para a IP.

100
DESLOCALIZAÇÃO
A estimativa orçamental da IP para a deslocalização do complexo logístico da Bobadela ronda os 100 milhões de euros.

> **A IP está a analisar e a comparar sete localizações alternativas à localização atual da Bobadela.**
> MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS

IP estima em 100 milhões de custo da deslocalização

Na resposta aos deputados do PS, o gabinete de Miguel Pinto Luz refere ainda que no âmbito do estudo de que foi encarregue, "a IP avançou que a estimativa orçamental para a deslocalização do complexo logístico da Bobadela ronda os 100 milhões de euros e que, em termos temporais, representará um período de sete anos desde o início dos estudos e projetos até à conclusão da obra". ■

ENERGIA

EDPR no maior projeto solar em Singapura

O braço renovável da EDP assinou um acordo de venda de energia a 20 anos com a Microsoft em Singapura. É a maior iniciativa no âmbito do programa SolarNova do governo local. O valor do contrato não foi revelado.

A EDP Renováveis assinou um contrato de venda de energia – "power purchase agreement" (PPA) –, a 20 anos, com a Microsoft para energia renovável solar distribuída em Singapura, indicou a empresa em comunicado enviado nesta segunda-feira à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). O valor do contrato não foi revelado.

Até à data, informa a elétrica liderada por Miguel Stilwell d'Andrade, "este é o maior projeto solar em Singapura e a maior iniciativa no âmbito do programa SolarNova do Governo".

"O projeto, atribuído no início deste ano à EDPR no âmbito da fase oito do programa governamental SolarNova, pressupõe uma capacidade solar de até 200 MWp, distribuídos por 1.075 edifícios de habitação pública em Singapura e 101 edifícios do Estado, a serem instalados entre 2024 e 2027", pode ler-se no comunicado. A energia exportada para a rede vai ser totalmente comprada pela Microsoft.

"Estamos a reforçar a colaboração global da EDP com a Microsoft através deste projeto e, juntos, estamos a dar um passo no sentido de alcançar os objetivos de sustentabilidade de Singapura de alcançar pelo menos 2 GWp de energia solar até 2030", referiu o CEO da EDP, num outro comunicado.

O projeto vai alimentar mais de mil edifícios.

O braço renovável da EDP continua assim "a reforçar o seu perfil de baixo risco e a estratégia de crescimento baseada no desenvolvimento de projetos competitivos e com visibilidade de longo prazo".

DIOGO MENDO FERNANDES



O Governo da Líbia anunciou ontem o encerramento de todos os campos de petróleo, suspendendo a produção e exportações.

MATÉRIAS-PRIMAS

Líbia e Gaza levam Brent acima dos 80 dólares

O mais recente foco de preocupação para o mercado petrolífero é a Líbia, onde a produção e exportação está interrompida sem perspetiva de quando é que a perturbação chegará ao fim. A escalada de tensão em Gaza e os cortes de juro da Fed ajudam a alimentar os preços.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

À medida que se aproxima o fim do verão, o Médio Oriente está a relançar os preços do petróleo, gerando incerteza sobre o "outlook" e o que vão fazer os grandes produtores. Desde os 90 dólares por barril, no início de julho, as cotações caíram graças ao enfraquecimento da economia chinesa e à expectativa de uma enchente de oferta nos Estados Unidos. Mas o insucesso nas negociações de cessar-fogo no Médio Oriente e um corte de produção na Líbia atiraram o Brent de volta acima dos 80 dólares.

"O maior risco para o mercado do petróleo é provavelmente uma queda ainda maior na produção de petróleo líbio devido a tensões políticas no país, correndo-se o risco de a produção cair dos níveis atuais de 1 milhão de barris por dia para zero", explicou à Reuters Giovanni Staunovo, analista de matérias-primas do UBS.

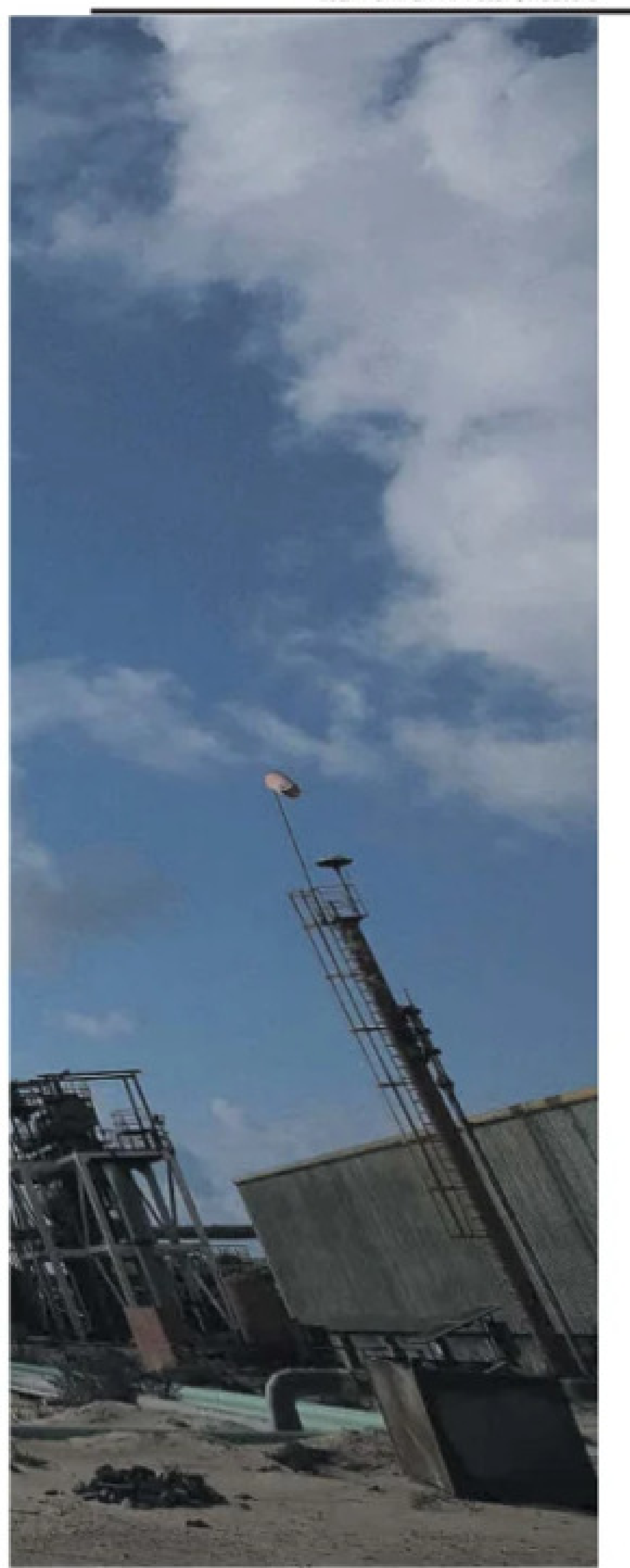
79,77

PROJEÇÃO
O consenso compilado pela Bloomberg aponta para que o Brent feche o trimestre nos 79,77 dólares por barril.

É o mais recente foco de tensão no mercado: o governo oriental da Líbia decidiu suspender toda a produção e exportação de petróleo, numa altura em que se agrava a disputa política pelo controlo do banco central do país e das receitas do petróleo. O governo do leste da Líbia alegou razões de "força maior" que se aplicam a todos os campos, terminais e instalações petrolíferas, sem que haja uma previsão de duração para a perturbação, que se junta a irregularidades na produção, após falhas em alguns dos principais campos. A Líbia produziu cerca de 1,15 milhões de barris por dia no mês passado e grande parte das exportações do país é enviada através de portos no leste, abastecendo grande parte dos mercados da Europa.

Em reação, o Brent negociado em Londres – que serve de referência às importações europeias

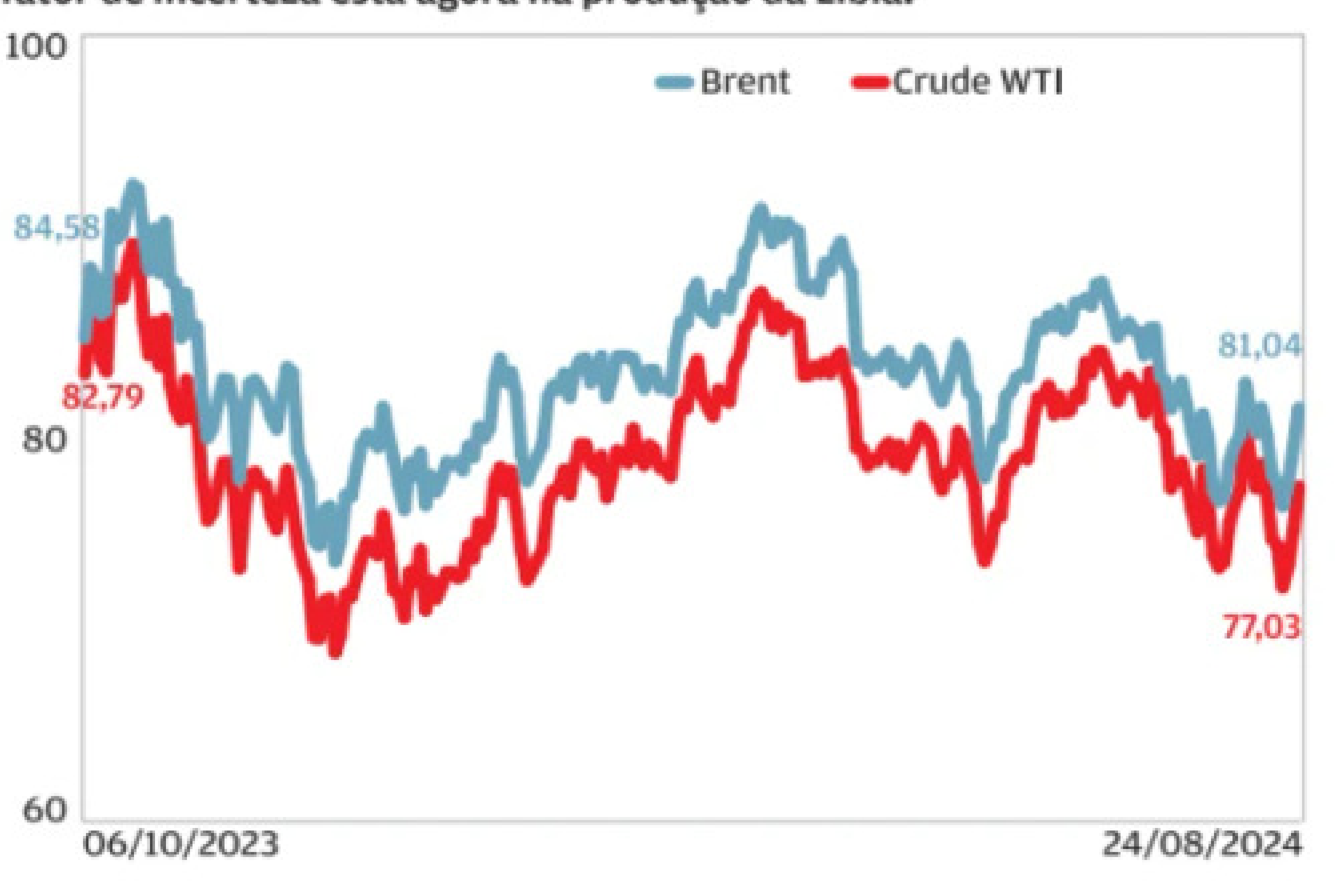
Esam Omran Al-Fetori/Reuters



PETRÓLEO ABAIXO DO INÍCIO DA GUERRA

Evolução dos preços do Brent e WTI, em dólares por barril

Apesar do sobe e desce das cotações do petróleo, os preços continuam abaixo dos níveis atingidos aquando do início da guerra em Gaza. As desvalorizações de agosto já foram, contudo, praticamente eliminadas. O maior fator de incerteza está agora na produção da Líbia.



Fonte: Bloomberg

92,18

BRENT

Em abril, o Brent chegou a ultrapassar os 92 dólares. Agora negoceia nos 81.

87,67

WTI

A negociar atualmente nos 77 dólares, o WTI registou o máximo deste ano nos 87,67.

– voltou a negociar acima dos 81 dólares, um nível que não tocava desde 31 de julho. Já o West Texas Intermediate (WTI), a referência para os Estados Unidos, atingiu os 77 dólares por barril.

A perspetiva de uma queda na produção global exacerbou uma tendência altista que já se fazia sentir desde o final da semana passada. Primeiro porque o presidente da Reserva Federal norte-americana, Jerome Powell, afirmou na sexta-feira em Jackson Hole que "chegou o momento de ajustar a política monetária" – dando confiança a que as taxas de juro de referência nos EUA sejam cortadas em setembro, o que tende a estimular a economia e, consequentemente, a procura por combustíveis.

Além disso, Israel enviou mais de 100 aviões de guerra para derrubar milhares de lançadores de mísseis do Hezbollah no domingo, provocando uma resposta do grupo. O Hezbollah, que é apoiado pelo Irão e designado como uma organização terrorista pelos EUA, disse que vai continuar as hostilidades com Israel até que o país concorde com um cessar-fogo em Gaza. As negociações levadas a cabo também no domingo não chegaram a bom porto.

"Um ataque israelita preventivo ao Hezbollah, no fim de semana, voltou a suscitar preocupações quanto ao Médio Oriente. Esperamos que qualquer recuperação [dos preços do petróleo] na sequência destes desenvolvimentos seja de curta duração, exceto se o Irão se envolver mais diretamente, uma vez que aumentaria os riscos de fornecimento de petróleo de forma mais significativa", consideram Warren Patterson e Ewa Manthey, estrategas de matérias-primas do ING.

Após as valorizações das últimas duas sessões, o Brent já eliminou todas as perdas registadas desde o início do mês, enquanto o WTI continua 1% abaixo de julho. Ainda assim, ambos estão abaixo dos níveis pré-início do conflito em Gaza: -4,2% e -7%, respetivamente. As projeções dos analistas, compiladas pela Bloomberg, apontam para que o preço do barril de Brent feche o trimestre nos 79,77 dólares e o ano nos 76,34 euros, continuando a desvalorizar ao longo de 2025. ■

Negociações para cessar-fogo falham

As negociações para um cessar-fogo em Gaza, que decorreram este fim de semana no Cairo, chegaram ao fim sem acordo, depois de o Hamas e de Israel terem rejeitado as soluções de compromisso propostas pelos mediadores, incluindo os Estados Unidos, numa altura em que o Irão diz não recear uma escalada militar com Israel. Horas antes, Israel e o Hezbollah protagonizaram a mais intensa troca de fogo do conflito. O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, prometeu que os raides aéreos de resposta ao que o grupo xiita libanês descreveu como a primeira fase de retaliação pela morte de Fuad Shukr (até então "número 2"), lançados sobre o sul do Líbano, "não serão o fim da história". Desde o início do conflito, a 7 de outubro de 2023, pelo menos 40.435 pessoas morreram e outras 93.534 ficaram feridas em Gaza, depois de 1.139 terem sido mortas em Israel após os ataques do Hamas.

Todos os olhos nos grandes produtores de petróleo. E agora?

A decisão é sobre outubro, mas com os focos de tensão a multiplicarem-se, crescem também as dúvidas sobre o que vai fazer o cartel da OPEP+.

As perturbações na oferta de petróleo, por um lado, e uma procura mais fraca, em sentido oposto, podem trocar as voltas aos grandes produtores. Os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e os aliados (OPEP+) decidiram no início de agosto manter os cortes da oferta, mas reiteraram querer começar a recolocar mais algum crude no mercado a partir de outubro. Agora, há dúvidas sobre o que irão fazer.

A decisão de começarem a abrir as torneiras já tinha sido anunciada em junho e levou, nessa altura, a uma queda imediata dos preços nos mercados internacionais, mas a OPEP+ apressou-se a explicar – o que voltou a fazer no início deste mês – que essa entrada de mais matéria-prima no mercado pode ser suspensa ou revertida a qualquer momento se houver necessidade disso.

Assim, o plano é que a OPEP+ comece em outubro a abandonar faseadamente a política de corte da oferta – mais precisamente o acordo de redução de 2,2 milhões de barris por dia – entre outubro de 2024 e setembro de 2025. Além disso, o grupo concordou também em prosseguir com um acordo mais antigo de corte de 3,66 milhões de barris por dia até ao final de 2025.

"Há expectativas negativas de um excesso de oferta", explicou Christof Ruehl, analista sénior do Centro de Política Energética Global da Universidade de Columbia, em declarações à Bloomberg. "A procura estabilizou a um nível mais baixo e a oferta está a crescer em todo o lado. Haverá um impacto negativo nos preços se a OPEP+ terminar os cortes", antecipa.

Há, contudo, dúvidas sobre o que irão fazer os produtores dada a volatilidade dos preços, à boleia dos fatores que vão influenciando oferta e procura. Se a última sessão foi de valorização à boleia do Médio Oriente – interrupções da produção na Líbia e escalada da guerra em Gaza –, as últimas semanas têm sido de enfraquecimento dos preços. "As preocupações com uma procura mais fraca continuam a ser o principal motor do mercado neste momento", diziam Warren Patterson e Ewa Manthey, estrategas de matérias-primas do ING, antes das tensões no Médio Oriente, apontando para a queda dos inventários de crude comercial nos EUA, que estão no nível mais baixo em dois anos.

"A pressão descendente sobre os preços torna cada vez mais provável que a OPEP+ tenha de abandonar os seus planos de aumento gradual da oferta a partir de outubro. Se tal não acontecer, é provável que os preços continuem a ser pressionados", rematam. ■

LMF/CP



Haverá um impacto negativo nos preços se a OPEP+ terminar os cortes.

CHRISTOF RUEHL

Analista sénior do Centro de Política Energética Global da Universidade de Columbia

DECO PROTeste SABER É PODER DECO PROTeste Investe
Colaboração com a DECO. Os conteúdos foram cedidos pela DECO PROTESTE. www.deco.proteste.pt www.deco.proteste.pt/investe

FUNDOS DE INVESTIMENTO

Melhores fundos para o Reino Unido

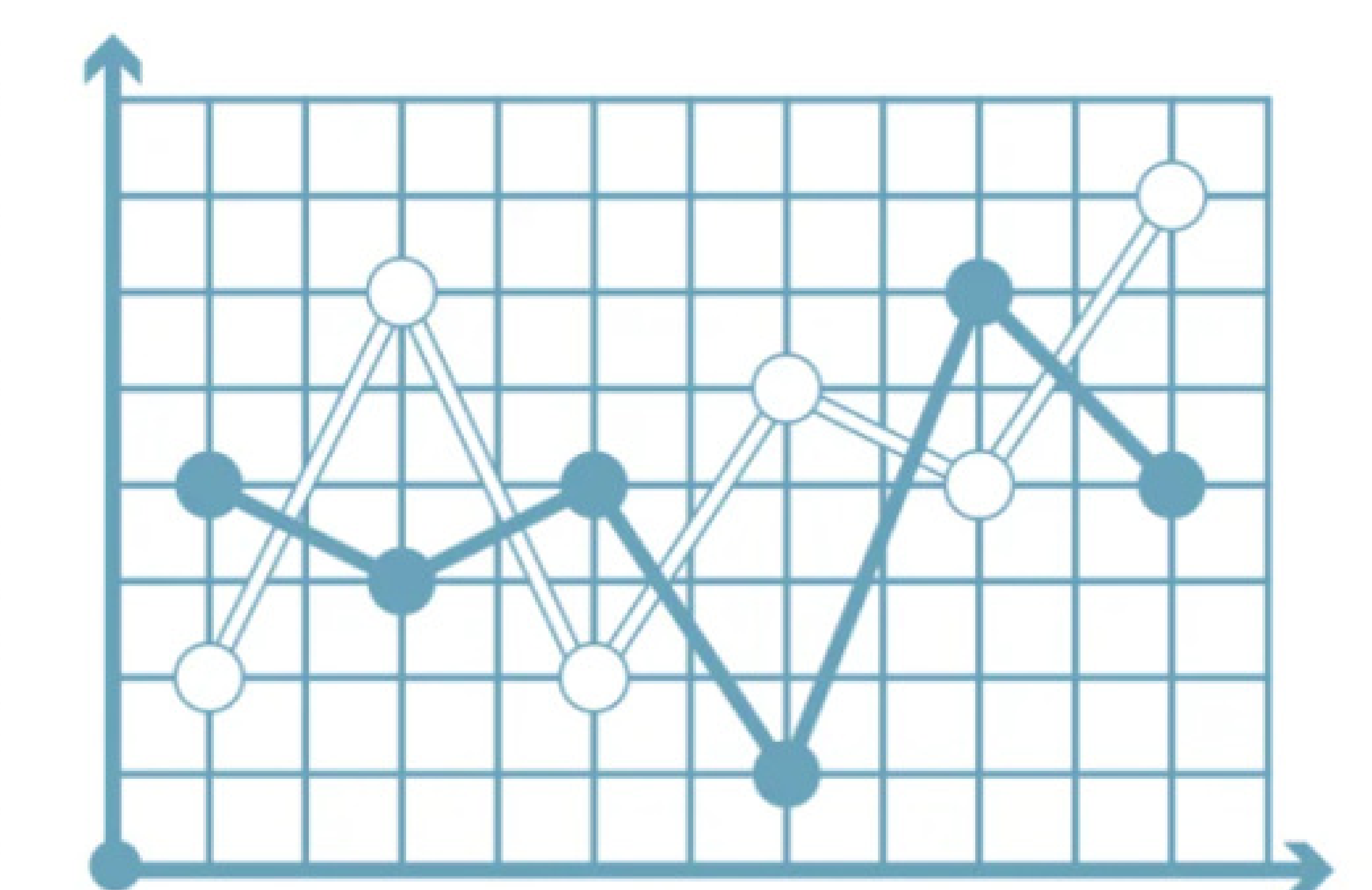
Pela primeira vez desde 2010, o primeiro-ministro britânico será Trabalhista. Keir Starmer obteve uma maioria esmagadora, mas herda uma economia estagnada e dispõe de uma margem de manobra limitada. Um novo começo será difícil. Limite a exposição aos ativos britânicos.

Nos anos 80, muitas empresas foram atraídas para o Reino Unido graças à fiscalidade favorável, maior flexibilidade das condições de trabalho, a vantagem da língua inglesa e um acesso fácil aos mercados da União Europeia. O setor financeiro mostrava o mesmo entusiasmo pela City de Londres, cujo acesso fácil aos mercados europeus, aliado a uma regulamentação leve e a um sistema judicial eficaz, ajudou a criar um ecossistema capaz de atrair capitais e talentos. O Reino Unido vivia então um período de forte investimento e acentuado crescimento económico.

Investimento não descola

O novo Governo Trabalhista enfrenta uma realidade diametralmente oposta. Há décadas que a baixa produtividade é um dos pontos fracos da economia britânica. Neste aspeto, está atrás dos EUA, Alemanha, França e de muitas outras economias da Europa, e a tendência não é de recuperação. Para contrariar este problema, o Reino Unido precisa de investimento massivo, essencial para criar emprego, novos meios de produção ou otimização dos existentes, melhorando assim a produtividade. Nos EUA, a onda de investimento é assente ou assenta em despesa pública, como o Inflation Reduction Act (energias renováveis, baterias, semicondutores, etc.), mas o Governo de Londres não tem meios financeiros. Na última década, em média, o défice orçamental atingiu 5% do PIB e nem isso impediu a deterioração dos serviços públicos.

O NHS, o famoso sistema nacional de saúde britânico, e a educação, carecem desesperadamente de financiamento. Ao mesmo tempo, a City de Londres, que outrora atraía capitais e ajudava a financiar a dívida britânica, perdeu o seu brilho. No outono de 2022, quando Liz Truss, primeira-ministra por poucos dias, decidiu um aumento dos défices financiado com mais dívida, os mercados revoltaram-se, e a taxa de juro do Reino Unido disparou para mais de 4,5% no prazo de 10 anos. Desde então, o nervosismo persiste, com a taxa atual ainda em torno de 4,3% na dívida soberana em libras, contra apenas 2,6% da Alemanha, que é denominada em euros. Não há dúvida que o mercado das obrigações seguirá de perto as políticas da nova maioria.



Brexit, sempre e ainda...

Entre outros motivos, o Reino Unido tem dificuldade em atrair investimento porque perdeu o acesso ao mercado único da União Europeia. Sem esse gigantesco mercado, é mais difícil convencer os investidores estrangeiros, especialmente porque os primeiros-ministros conservadores adotaram um discurso de desconfiança em relação à UE. Embora não haja intenção de reverter o Brexit, o novo Governo deverá suavizar a retórica antieuropeia dos seus predecessores, o que permitiria melhorar as relações com Bruxelas e facilitar as trocas comerciais. Uma pequena esperança para uma economia britânica que mal progrediu desde o período anterior à pandemia. Em suma, apesar de os britânicos terem votado massivamente pela mudança, os recursos financeiros de Keir Starmer são limitados. O Reino Unido enfrenta muitos desafios e as perspetivas continuam pouco risonhas.

Conselho

A reduzida valorização da bolsa de Londres reflete as fracas perspetivas do Reino Unido, mas também uma composição marcada pela ausência dos setores da moda. Numa altura em que as ações tecnológicas e de inteligência artificial impulsionam os mercados, as três principais capitalizações de Londres são a farmacêutica AstraZeneca, a petrolífera Shell e o banco HSBC, empresas de setores tipicamente mais defensivos. A vantagem é que o rácio de valorização (cotação/lucro esperado) do mercado de ações britânicas é mais atrativo do que a média mundial: 11,8 contra 17. E o rendimento do dividendo também fica acima da média global: 3% versus 2,1%. Se aceita uma dose maior de risco pode incluir ETF/fundos de ações britânicas com um peso limitado a 5% na sua carteira. ■

FUNDOS E ETF DE AÇÕES DO REINO UNIDO

DESIGNAÇÃO	TIPO	CÓDIGO ISIN	POLÍTICA RENDIMENTO	TER % ANUAL	RENTABILIDADE MÉDIA ANUAL %			AVALIAÇÃO 0 A 100
					1 ANO	3 ANOS	5 ANOS	
HSBC FTSE 100 UCITS ETF GBP	ETF	IE00B42TW061	DISTRIBUIÇÃO	0,07	16,5	9,9	7,0	100
VANGUARD FTSE 100 UCITS ETF ACC	ETF	IE00BFMXYP42	ACUMULAÇÃO	0,09	16,7	10,0	7,0	100
XTRACKERS FTSE 100 UCITS ETF 1C	ETF	LU0838780707	ACUMULAÇÃO	0,09	16,4	9,9	6,9	100
AMUNDI FTSE 100 UCITS ETF ACC	ETF	LU1650492173	ACUMULAÇÃO	0,14	16,4	9,8	6,8	98
BGF UNITED KINGDOM A2 EUR	FUNDO	LU0171293177	ACUMULAÇÃO	1,83	17,8	0,8	4,9	67

Rentabilidades à data de 18/07/2024. Mais informação sobre os fundos e ETF no portal financeiro.



DESTACAR O TALENTO DAS NARRATIVAS DE MARCA

A maior iniciativa de Branded Content em Portugal está de volta!

Prepare-se para uma experiência exclusiva onde as marcas ganham voz e as histórias são transformadas em poderosas formas de conexão e engagment. A **2.ª Edição do Branded Content Talks**, uma iniciativa **BCMA Portugal** (Branded Content Marketing Association) e **Medialivre** vai reunir uma vez mais, especialistas da área e trará insights, inovação e as tendências de mercado. **Inscreva-se já e garanta o seu lugar neste evento imperdível!**

18 de setembro | 14h30

Ferroviário, Lisboa

Rua de Santa Apolónia, 59, 1100-468 Lisboa

14H30 NOTA DE BOAS VINDAS

Luís Ferreira, Diretor Geral Comercial, Medialivre

Patrícia Weiss, Chairwoman, Founder da BCMA Portugal & South America. Criadora e Curadora dos BC Talks, Awards e Podcast

15H00 PAINEL 1:

"Marcas e parcerias no Branded Content e Brand Experience"

Carla Silveira, Marketing Communications Manager, PEUGEOT

Janin Moreira, Brands PR & Media Relations, SUPER BOCK Group

Teresa Abecasis Burnay, Business Unit & Media Director, UNILEVER

Moderação: ***Patrícia Weiss***

16H00 PAINEL 2:

"Quando as Marcas encontram o Entretenimento e o Storytelling"

Ana Roma Torres, Managing & Creative Partner, HAVAS PLAY | HAVAS Group

Francisco Faria, Branded Content Manager, BETCLIC Group

João Belmar, Partner & Executive Producer, TRIX Produção Audiovisual

Jorge Aguiar, Diretor de Marketing Mercedes-Benz Portugal

Moderação: ***Patrícia Weiss***

17H00 ENCERRAMENTO E COCKTAIL

INSCREVA-SE EM

www.brandedcontent.pt



APCER quer aumentar níveis de credibilidade em matéria de ESG

Legislação fomenta uniformização de práticas e necessidade de atividades de validação e certificação. APCER disponibiliza conjunto de serviços que apoiam organizações na jornada de sustentabilidade.

Um dos principais benefícios para as organizações que se submetem a processos de certificação, verificação e validação, por uma entidade externa, competente e reconhecida, é o aumento da sua credibilidade e uma maior confiança nos seus produtos e serviços, demonstrando ao mercado o seu compromisso para com a sustentabilidade.

Foi com o objetivo de apoiar as organizações a evidenciarem práticas diferenciadoras e de excelência que nasceu a APCER, atualmente com mais de 28 anos de atividade de certificação, auditorias a fornecedores, verificação, validação e formação. A empresa conta com uma equipa competente e experiente em várias áreas de atuação, tais como qualidade, ambiente, segurança alimentar, responsabilidade social, segurança da informação e ESG, em todos os setores de atividade. Para além de Portugal, a APCER marca presença no Brasil, China e Espanha, realizando serviços em qualquer parte do mundo diretamente ou via parcerias.

Atentos às necessidades das organizações

"Ao longo da nossa história sempre procurámos dar uma resposta eficaz àquilo que eram as necessidades mais prementes dos nossos clientes e do mercado em geral, dentro daquilo que é o nosso negócio principal, de atividades de avaliação de conformidade", explica Daniel Moreira, Project Manager da APCER. Curiosamente, nota o responsável, "essas mesmas atividades foram evoluindo para dar reposta às questões da sustentabilidade e dos critérios ESG (Ambiente, Social e Governança)", afirma.

De facto, desde o início da sua atividade, a APCER tem atuado junto das organizações em áreas que contribuem e respondem às três dimensões da sustentabilidade. Na dimensão ambiental, a certificação ISO 14001 tem um papel preponderante, sendo o principal referencial normativo que ajuda as organizações a minimizarem os seus impactos ambientais e a cumprir a legislação aplicável. Um outro exemplo de um serviço que ajuda as organizações a desenvolverem indicadores ambientais, é a Validação e Verificação da Pegada de Carbono.

Na dimensão social, a APCER sempre trabalhou esquemas de certificação nacionais e internacionais no âmbito da responsabilidade social. No domínio da governança, temas como a prevenção da corrupção começam a ser integrados nas políticas das organizações. Neste contexto, "a APCER tem procurado estar em constante contacto com os seus clientes e com o mercado, com o objetivo de proativamente identificar os seus principais desafios e, em consequência, responder às suas reais necessidades", afirma Daniel Moreira.



ESG cada vez mais importante

Da experiência da APCER junto das organizações, é possível afirmar que aquelas que integram na sua estratégia indicadores ESG (Environment, Society, Governance), possuem um melhor desempenho a médio e longo prazo, e que as questões da sustentabilidade têm feito o seu caminho no nosso tecido empresarial. Refira-se que a APCER em 1998 atribuiu a primeira certificação de acordo com a norma ISO 14001, que evidenciava já o cumprimento de requisitos que contribuem, por si só, para o desenvolvimento sustentável de uma organização. No entanto, segundo Daniel Moreira: "Na dimensão da sustentabilidade, aquilo de que nos temos apercebido é que o mercado não está ainda no nível de maturidade em que existe uma grande procura por serviços de avaliação de conformidade, mas numa etapa em que há sobretudo a necessidade de apoio para uma fase mais inicial da jornada para a sustentabilidade."

Esta necessidade, na avaliação deste responsável, "tornou-se mais importante devido ao grande volume de legislação e regulamentação que está a entrar em vigor nesta área, sobretudo no mercado europeu". Neste contexto, conta, "é de referir a Corporate Sustainability Reporting Directive, passando pela Taxonomia Europeia, e pela diretiva sobre due dilligence ao nível da cadeia de valor". Para Daniel Moreira, "toda esta atividade legislativa gera muita informação que o mercado têm revelado dificuldade em assimilar e implementar". Em consequência, "a APCER tem sido contactada por organi-





> **Queremos fazer parte desta jornada de sustentabilidade e apoiar as organizações com soluções adequadas à sua realidade e às suas necessidades.**
>
> **ANDRÉ RAMOS**
> Diretor de Marketing da APCER

zações que procuram o nosso apoio para enfrentar o desafio que constitui esta avalanche de legislação sobre o tema da sustentabilidade", explica o gestor. Para responder a estas novas necessidades, a APCER desenvolveu uma oferta especializada de serviços de advisory, como Relatos de Sustentabilidade e Pegada de Carbono, com o objetivo de dar um apoio mais personalizado aos clientes e organizações que estão a dar os primeiros passos na área da sustentabilidade. Na perspetiva de Daniel Moreira: "Este é um desafio que as organizações enfrentam atualmente e queremos dar uma resposta credível e profissional a este tipo de necessidades."

Legislação requer uniformização e conformidade

Refira-se que, para a APCER, segundo este responsável, "esta regulamentação nacional e comunitária na área da sustentabilidade vem dar uma resposta a problemas que visualizamos nas empresas e no mercado". Esses problemas, para o gestor, incluem: "Uma falta de uniformização e uma falta de fiabilidade no que era alegado neste domínio, que levou o legislador europeu a dar passos decisivos para credibilizar e uniformizar as práticas na área da sustentabilidade." O impacto natural desta evolução será, para Daniel Moreira, "que deixará de ser cada entidade a definir o que é sustentável e que critérios usar nas suas atividades ESG", diz. De facto, os dados apontam para a necessidade de uniformização de práticas e conceitos e para uma maior transparência do mercado. Segundo uma análise recente da APCER, que refere dados da Comissão Europeia: "53% das alegações ecológicas dão informações vagas, enganosas ou infundadas; 40% das alegações não têm evidências; metade de todos os rótulos verdes oferece uma verificação fraca ou inexistente e existem atualmente 230 rótulos de sustentabilidade, e 100 rótulos de energia verde na UE, com níveis de transparência muito diferentes."

Reporte de Sustentabilidade e a internacionalização

Neste contexto, o Reporte de Sustentabilidade, que envolve a divulgação de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), é hoje um instrumento essencial na estratégia corporativa. Este relatório não só demonstra o compromisso da empresa com práticas responsáveis, mas também influencia diretamente o seu processo de internacionalização. Segundo a APCER, "as empresas em processo de internacionalização, com o seu reporte de sustentabilidade verificado por entidade independente, conseguem alcançar um conjunto de vantagens competitivas". De entre estas vantagens, a APCER enumera as seguintes: acesso a novos mercados, em especial na União Europeia onde a legislação nestas matérias é mais exigente; aumento da confiança por parte dos investidores, podendo atrair capital estrangeiro; acesso a financiamento "verde" e outros investimentos sustentáveis; maior fidelização por parte dos clientes, cada vez mais sensíveis a estas questões no decorrer do seu processo de tomada de decisão; maior reputação da marca e consequentemente melhores níveis de competitividade nos mercados; estabelecimento de parcerias com empresas, ONG's e governos locais, criando sinergias e oportunidades de negócio; mitigação de riscos ambientais, sociais e de governança e, por conseguinte, maior resiliência do modelo de negócio; e melhor governança empresarial, ao promover a transparência e a responsabilidade social.

28
ANOS DE EXISTÊNCIA

4
PAÍSES COM PRESENÇA DIRETA

+350
AUDITORES

Sustentabilidade é catalisador

Assim, "é importante que as empresas comuniquem de forma transparente, fiável e credível, consolidando a confiança junto dos seus clientes, parceiros e outras partes interessadas", destaca André Ramos. Para esta entidade, a incorporação dos critérios ESG na estratégia do negócio e no desenvolvimento das operações das organizações contribui para melhorar os índices de competitividade e de resiliência. Neste contexto: "Queremos fazer parte desta jornada de sustentabilidade e apoiar as organizações com soluções adequadas à sua realidade e às suas necessidades."

Para a APCER a certificação na área da sustentabilidade funciona também como um catalisador para a melhoria contínua, eficiência operacional e conformidade legal. Além disso, abre portas para novas oportunidades de negócios, facilitando o acesso a mercados específicos e fortalecendo as relações com clientes e parceiros. Num ambiente empresarial cada vez mais competitivo, a certificação na área da sustentabilidade emerge cada vez mais, "como um diferencial estratégico, posicionando as empresas como líderes comprometidas com a excelência e prontas para enfrentar os desafios do futuro com resiliência e sucesso", refere a APCER numa análise recente.

Com esta abordagem à sustentabilidade, para esta entidade, participar na iniciativa Negócios Sustentabilidade foi, segundo André Ramos, "um passo natural, por esta iniciativa ser um momento de reflexão e de partilha de conhecimento entre várias partes interessadas no tecido empresarial português, e com a participação de especialistas na área da sustentabilidade, quer nacionais, quer internacionais". Para o diretor, "a relevância desta iniciativa passa por dar maior notoriedade e mais informação sobre o que são as exigências nacionais e internacionais no âmbito do tema da sustentabilidade".

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO



CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

O grande problema de Portugal

O povo português tem um problema: não sabe o que é despesa pública. Bem, não exageremos. O povo sabe o que é despesa. Mas não sabe as suas implicações: quando um Governo aumenta um cêntimo na despesa, com particular destaque para a despesa corrente, tem de ir buscar um cêntimo de receita para a pagar. Isto significa que qualquer decisão de aumento da despesa tem uma contrapartida que é o aumento da receita fiscal.

Agora experimente fazer um inquérito de rua a várias gerações. Qualquer pessoa dirá que o peso dos impostos é excessivo. E tem razão. A OCDE diz que a carga fiscal sobre o trabalho (impostos e Segurança Social) tem um peso de 42,8%. A fiscalidade sobre a poupança é tenebrosa: você paga 28% sobre a remuneração dos depósitos e outro tipo de instrumento financeiro!

O problema é que o mesmo cidadão de rua não estabelece essa relação. Veja o SNS: toda a gente se queixa que não presta um serviço adequado. É verdade. Mas quando se pergunta pela solução, a maioria diz que é um problema de "investimento" (despesa). Não é (a despesa aumentou 66% entre 2009 e 2024). Mas o mesmo cidadão que diz isso esquece-se que aumentar a despesa com o SNS (assim como de outros setores) obriga a aumentar impostos.

Vem isto a propósito do comentário de Marques Mendes, na SIC, que diz que o Governo devia avançar com o corte de "gorduras" no Estado. A questão é que as tais "gorduras" pesam pouco na despesa total. O que pesa mesmo são salários e prestações sociais. Ora aí nenhum Governo vai cortar (a começar pelo PSD...).

Moral da história: enquanto não convencermos o cidadão de rua de que mais despesa é igual a mais imposto, o país nunca sairá da cepa torta. ■

CONVIDADO



CARLOS BASTARDO
Economista

Habitação e construção: ano de 2023 em revista

Na sequência do artigo de opinião que escrevi para este jornal em 25 de junho passado sobre o tema da habitação, volto ao mesmo neste artigo, na sequência da divulgação no passado dia 18 de julho, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), de um conjunto de dados muito importantes sobre a construção e a habitação no ano de 2023.

O número de edifícios licenciados no ano passado ascendeu a 23.439, menos 6,1% face a 2022. Já em 2022, o número de edifícios licenciados havia decrescido 4,4% face a 2021.

O número de fogos licenciados ascendeu a 39.096 em 2023, mais 3,1% que em 2022, contrariando o decréscimo de 0,8% registado neste ano face a 2021.

Cerca de 32.519 fogos que foram licenciados em 2023 foram construções novas para habitação familiar, 6% acima do número registado em 2022.

A estimativa de edifícios concluídos no ano passado é de 17.071 edifícios e concluídos 27.248 fogos no país (+9,2% que em 2022).

Em 2023, foram também licenciados 4.750 edifícios para obras de reabilitação, mais 5% do que em 2022.

Em 2023, 78,5% das obras licenciadas foram construção nova e 21,5% foram reabilitações, sensivelmente igual ao valor médio no período de 2018 a 2022.

Ao nível de transações, estas situaram-se em 2023 nos 136.499 alojamentos, uma quebra significativa de 18,7% face a 2022, sendo o registo mais baixo desde o ano de 2017.

Em termos de valor, as transações de habitações ascenderam a 28 mil milhões de euros (-11,9% que em 2022).

Os bancos realizaram 106.300 avaliações de imóveis no âmbito da atividade do crédito à habitação (-11,3% que em 2022).

Quanto ao preço médio dos alojamentos familiares em 2023, este situou-se nos 1.611 €/m2 (+8,6% que em 2022). Acima deste preço médio, ficaram os valores médios da Grande Lisboa (2.740 €/m2), Algarve (2.613 €/m2), Península de Setúbal (1.901 €/m2), Madeira (1.889 €/m2) e o Grande Porto (1.800 €/m2).

Relativamente aos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (94.617 novos contratos), o valor médio foi de 7,21 €/m2. A Grande Lisboa com 11,93 €/m2, a Península de Setúbal com 8,92 €/m2, Algarve e Madeira com 8,33 €/m2 e o Grande Porto com 7,98 €/m2 foram as regiões com o preço por m2 de arrendamento mais elevado.

Resumindo, menos licenciamentos, muito menos transações e preços das habitações a subir. Ou seja, o contrário do que seria desejável, atendendo à necessidade de equilibrarmos a procura e a oferta de habitação.

As medidas que enumerei no meu artigo anterior sobre este tema são fundamentais. Licenciamento equilibrado, mas mais rápido, disponibilização de ativos imobiliários devolutos do Estado que possam servir ou ser transformados em habitação, medidas que criem confiança nos proprietários privados para que coloquem imóveis devolutos no arrendamento de média/longa duração, descida do IVA na construção para que os preços de venda dos imóveis possam reduzir-se, incentivos ao investimento em construção, entre outras medidas, são condições essenciais para que num período de 5 a 10 anos, possamos passar a crise atual no setor da habitação.

As medidas recentemente tomadas pelo Governo são um princípio, mas foram tomadas mais do lado da procura. É fundamental que sejam tomadas medidas e criada a suficiente confiança para fomentarmos o aumento da oferta. ■

Menos licenciamentos, muito menos transações e preços das habitações a subir. Ou seja, o contrário do que seria desejável.

As medidas recentemente tomadas pelo Governo são um princípio, mas são mais do lado da procura.

A MÃO VISÍVEL
Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

maovisivel@gmail.com









ÁLVARO NASCIMENTO | CARLOS ALBUQUERQUE | JOAQUIM AGUIAR | JORGE MARRÃO | PAULO CARMONA | PEDRO BRINCA

O Norte e o Sul – Notas soltas de férias (continuação) – 3

JORGE MARRÃO

O que fizeram os nórdicos para serem mais ricos e mais felizes? O peixe apenas sabe o que é água quando está fora dela. Em férias no exterior, podemos ser peixes. Na Escandinávia, percebemos que o discurso do nosso primeiro-ministro no Pontal nada mais é do que uma redistribuição fiscal entre grupos de interesse; e longe do que buscam estas pequenas sociedades do norte europeu.

A Dinamarca v.g. decidiu ser um país de pessoas felizes. Investigou e desenhou um conjunto de políticas públicas, designadamente de educação, urbanísticas e de investimentos, e incentivos não dirigidos à pura redistribuição, mas sim à modificação de comportamentos.

O Estado é centrado nas pessoas, e não nas clientelas, na criação de segurança e de confiança entre todos. É um país capitalista e fervoroso adepto do mercado. Algures no tempo, um PM dinamarquês pediu desculpa aos seus concidadãos por um comboio se ter atrasado 10 minutos. Um país desenvolvido não é aquele que os pobres se deslocam de carro, mas aquele em que os ricos andam de transporte público.

"Não se trata certamente de um problema de rendimento, mas antes de falta de aproveitamento"

SIMÃO CRUZ
IN OBSERVADOR,
26 DE AGOSTO DE 2024

No clima agreste viking, 63% dos deputados deslocam-se de bicicleta e 45% das pessoas vão para o trabalho neste meio de transporte. Os filhos da monarquia estudam até aos 14 anos em escolas públicas e os pais deixam os filhos à entrada do café sem supervisão, enquanto praticam o que denominam de "togetherness", ou seja, o sentido de comunidade, o companheirismo daquele que partilha o pão.

Sabem que o PIB é condição necessária para elevar a felicidade de uma sociedade, mas que não é a essência da mesma? As diferenças entre o nível de bem-estar (acesso a bens e serviços) e a felicidade (variados indicadores) são similares, quando observadas entre as diversas classes de rendimento. O dinamarquês comum não associa exclusivamente o extrato bancário às emoções da vida (recomendo a leitura de "The Little Book of Lykke").

Não associam baixos impostos a felicidade ou qualidade de vida, mas fazem-no em relação a elevados impostos. Nove em cada dez cidadãos afirmam pagar impostos com satisfação. É um país que nos parece utópico e irreal.

Os escandinavos, os brutos do Norte da Europa sem o requinte latino, não são prisioneiros dos bens de consumo e dos conspícuos para afirmar o estatuto social: apresentam-se mais felizes e mais ricos. A curiosidade e a imaginação não faltam na qualidade dos dirigentes políticos. Devíamos ter uma vida melhor para além das pensões, subsídios e PRR da vida. ■

Qual a progressividade ótima?

PEDRO BRINCA

Quando se fala de progressividade, e foco-me aqui nos impostos sobre os rendimentos de pessoas singulares, as posições parecem estar extremadas no espetro político. Por um lado, temos a esquerda, para quem a progressividade parece não ter limite. Do outro lado, temos a direita, com destaque para a Iniciativa Liberal, cujo objetivo último seria um sistema de duas taxas, 0% sobre rendimentos equivalentes ao salário mínimo nacional e 15% sobre cada euro acima disso.

Dogmatismos políticos à parte, qual será a taxa de progressividade ótima? O que é que isso sequer significa? O que pensam os economistas sobre o assunto? No âmbito da investigação académica em economia, a progressividade dos rendimentos sobre o trabalho tem três princípios racionais.

Em primeiro, a lógica redistributiva. Um euro para quem não tem nada tem um impacto no bem-estar dessa pessoa muito superior ao do mesmo euro nas mãos de quem tem muitos. Por essa lógica, mais progressividade é sempre melhor até que todos tenham o mesmo.

"Para o PS qualquer descida de impostos [...] tem de manter a progressividade dos impostos"

ALEXANDRA LEITÃO
IN DIÁRIO DE NOTÍCIAS,
24 DE ABRIL DE 2024

Em segundo, a lógica de "insurance". Imagine o leitor que tinha de escolher entre ganhar um prémio de 1 milhão de euros com 50% de certeza ou meio milhão com 100% de certeza. O que faria? Como já diz o ditado, mais vale um pássaro na mão do que dois a voar. Assumindo que pelo menos uma parte dos rendimentos de trabalho comporta risco, a progressividade traz bem-estar ao diminuir o risco a que os trabalhadores estão expostos. Por esta via, mais progressividade também é sempre melhor, até que o risco esteja completamente eliminado.

Por último, temos os impactos na eficiência. Mais progressividade desencoraja os indivíduos com maior capacidade de criar riqueza de a produzirem, fazendo com que a atividade económica seja menor e, em última análise, sobre menos para redistribuir. Aqui, é menos progressividade que traz mais bem-estar.

A progressividade ótima para os economistas está, assim, no balancear destes "trade-offs", de redistribuição e "insurance" vs. eficiência e o seu cálculo é um trabalho extremamente complexo do ponto de vista teórico e empírico envolvendo fatores que mudam com o ambiente económico. O que fica é uma pergunta à qual tenho dedicado boa parte da minha carreira e para a qual todos os dias trabalho para estar mais perto da resposta. Mas que para muitos parece ser tão óbvia que nem se percebe o porquê deste trabalho todo. ■

CONVIDADO



MIGUEL PIMENTEL
Advogado

Chorar sobre o imposto derramado?

No início era o IRC: um imposto único sobre o lucro real das empresas, sujeito a uma única taxa. Proporcional, portanto.

Sem comprometer esta estrutura, o IRC surgiu, aditivado, por um adicional municipal, cuja intenção original foi partilhar receita com as circunscrições territoriais onde se localizavam as sedes das empresas, abrindo campo a uma limitada competição intermunicipal pela atração de postos de trabalho e atividade económica. Este adicional, a derrama municipal, inicialmente definido como uma percentagem da coleta de IRC, viria, em 2007, a reconfigurar-se como um adicionamento, isto é, uma taxa lançada sobre uma base de tributação (lucro tributável) não inteiramente coincidente com a base do IRC e abrangendo mesmo as entidades sem lucros.

Suscitando paixões, produção doutrinária e litigância, a derrama municipal foi concebida como um tributo acessório. Os dados da execução orçamental da receita publicados no Portal Autárquico (2022) revelam que o total agregado da receita da derrama municipal foi de cerca de 375 milhões de euros. 65% deste valor foi arrecadado pelos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Se acrescentarmos a receita gerada nas capitais de distrito que não integram estas áreas metropolitanas, verificamos que, em média, cada um dos restantes municípios se apropria de cerca de 340 mil euros da receita gerada pela derrama.

Por outro lado, um modelo de repartição da receita do IRC entre o Estado e os municípios que seja suscetível de produzir efeitos mais tangíveis será dificilmente compaginável com o sistema constitucional português e com as atribuições e competências dos municípios. Acresce que o elevado número de municípios (308) e a inexistência de circunscrições territoriais agregadoras (regiões) constitui uma limitação à adoção de um tal modelo de delegação abrangente do poder tributário.

A estes resultados, pouco animadores no plano da repartição territorial da receita, acresce a complexidade criada pela referida assimetria de bases e pela imposição de normas de controlo que garantam a partilha da receita, com base numa presença efetiva e não simplesmente formal, a incerteza a respeito da sua natureza e os vários focos de litigância que lhe está associada, a utilização de conceitos-quadro relativamente datados e que dificilmente se deixam permear pelo movimento de digitalização da economia, mas, sobretudo, o efeito económico que se adivinha pouco expressivo desta forma invertida de promover competitividade fiscal (um adicionamento que os municípios, querendo, se podem abster de lançar).

Estas e outras considerações terão motivado a recomendação da Comissão de Reforma do IRC (2014) e do recente Estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), de eliminar a derrama municipal. Na medida em que os seus benefícios não parecem exceder as dificuldades e ineficiências que suscita.

A progressividade transitória que veio para durar

Se é certo que o sistema do IRC foi convivendo historicamente com taxas reduzidas, a progressividade forte, aquela que ameaça, pela sua inesperada perenidade, a estrutura original do IRC, chegou ainda antes da troika, sob a forma da derrama estadual, apresentada como medida excecional e justificada pela emergência financeira. Hoje, os lucros das empresas são sujeitos a uma estrutura progressiva de taxas (3%, 5% e 9%), na parte que exceda, respetivamente 1,5, 7,5 e 35 milhões de euros. Ou seja, penalizam-se as grandes empresas, i.e., aquelas que, em regra, produzem mais, empregam mais pessoas, incorporam mais tecnologia e remuneram melhor os seus trabalhadores.

Ante a extrema aridez da trincheira fiscal e das suas excentricidades técnicas, menos acessíveis, muitas vezes, até ao cidadão mais informado, e num país que não promove a avaliação do impacto dos impostos, continuam a ignorar-se os dados que a literatura vem revelando:

– o IRC, não tem vocação redistributiva (outros instrumentos, fiscais e não fiscais, permitem atingir melhor esse objetivo);
– a progressividade desincentiva a concentração e a escala dos negócios, fundamental para a competitividade internacional das empresas portuguesas;
– a eliminação da progressividade, vide o recente estudo promovido pela FFMS, beneficia o PIB, o consumo e o investimento privado, também no longo prazo.

A manutenção do status quo, reduzindo o IRC apenas para alguns "vencedores", numa lógica entrincheirada na política de exceção e de benefício, não tem respaldo na literatura e, dependendo do seu desenho, pode esbarrar na proibição de auxílios de Estado imposta por Bruxelas. Quem não se recorda, por exemplo, da saga da imposição de uma taxa de IRC de 10% apenas para novas empresas?

O discurso político, mesmo quando alinhado com o desígnio de recalibrar o IRC, tem remetido para um futuro incerto o tema das derramas e da progressividade. Porém, a eliminação das derramas, em particular, a estadual, seria provavelmente a mais virtuosa de todas as reformas do IRC. ■

O discurso político, mesmo quando alinhado com o desígnio de recalibrar o IRC, tem remetido para um futuro incerto o tema das derramas e da progressividade.

...medialivre

Conselho de Administração Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.
Diretor-Geral Editorial Carlos Rodrigues
Diretor-Geral Comercial Luís Ferreira
Diretor de Informática Rui Taveira
Diretora Financeira Ivone Nunes
Diretor de Pessoas e Organização David Pinto
Diretor de Circulação João Ferreira de Almeida
Diretor de Marketing e Reader Revenue João Aleixo
Diretor de Arte Pedro Freire
Diretora de Research Ondina Lourenço

negocios

Diretora Diana Ramos; **Diretor Adjunto** Celso Filipe; **Redatoras Principais** Filomena Lança (Coordenadora de Economia), Maria João Babo; **Grande Repórter** Rui Neves (Coordenador Porto); **Editores** João Maltez, Leonor Mateus Ferreira (Mercados), Lúcia Crespo (Weekend), Miguel Baltazar (Fotografia), Paulo Ribeiro Pinto (Economia), Pedro Curvelo (Online), Vítor Rodrigues Oliveira (Empresas); **Redação** Bárbara Cardoso, Bárbara Silva, Carla Pedro (Coordenadora Online), Catarina Almeida Pereira, Diana do Mar, Diogo Mendo Fernandes, Fábio Carvalho da Silva, Filipa Lino, Hugo Neutel (Coordenador de Empresas), Inês Santinhos Gonçalves (Coordenadora Online), Joana Almeida, João Duarte Fernandes, Maria Caetano, Marta Velho (Coordenadora Online), Pedro Barros Costa, Ricardo Jesus Silva, Sara Ribeiro, Susana Paula; **Departamento de Arte** Mónica Santos (Coordenadora), Pedro Teixeira, Rui Santos (Online), Sílvia Arrochinho; **Departamento de Fotografia** Sofia Henriques; **Secretariado** Teresa Nunes; **Revisão** Mariana Andrade; **Colunistas** Aldino Campos, Álvaro Nascimento, António Moita, Armando Esteves Pereira, Bruno Faria Lopes, Camilo Lourenço, Catarina Caria, Catarina Roseta Palma, Cristina Casalinho, David Bernardo, Edson Athayde, Fernando Ilharco, Fernando Medina, Francisco Mota Ferreira, Isabel Stilwell, Joana Garoupa, João Borges de Assunção, João Duque, João Pinto, Joaquim Aguiar, Jorge Marrão, José Crespo de Carvalho, José Esteves, José Sá Reis, Luís Marques Mendes, Luís Afonso (cartoonista), Luís Miguel Henrique, Luís Todo Bom, Manuel Falcão, Maria de Fátima Carioca, Maria Luísa Moreira, Paulo Carmona, Pedro Brinca, Pedro Fontes Falcão, Pedro Oliveira.

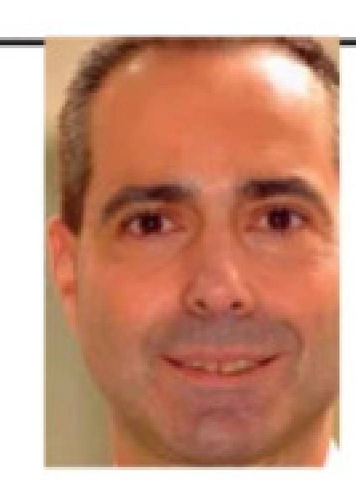
Administração e Redação Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 2º Piso - 1549-023 Lisboa, TEL. +351 210 494 000

Principal acionista Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%); **Contribuinte** 502801034; **CRC de Lisboa** 502801034; **Registo Edição Papel** ERC 121571; **Depósito Legal** 120966/98; **ISSN** 0874-1360; **Periodicidade** Diário; **Registo Edição Online** nº 123 490 / ICS

Assinaturas Telefone: 210 494 999; e-mail: assine@medialivre.pt; Correio: Remessa Livre 11258 - Loja da 5 de Outubro - 1059-962 LISBOA (não precisa de selo) ou escreva para: Cofina-Serviço de Assinantes - Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 1549-023 Lisboa; **Publicidade** Telefone: (+351) 210 494 076 - E-mail: publicidade@medialivre.pt; **Impressão** EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro; **Distribuição** Vasp - Distribuição de Publicações SA - Telef.: 21 4398500; **Propriedade/Editora** Medialivre, S.A. | Cap. Social: 22 523 420,40 €. **Sede** Rua Luciana Stegagno Picchio nº 3 - 1549-023 Lisboa; **C-Studio e Negócios em Rede** Marcas que representam a área de Conteúdos Patrocinados do Negócios. Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**

DEANS' CORNER

Os grandes temas da atualidade nacional e internacional e as tendências da gestão analisadas pelos diretores das principais Escolas de Negócios portuguesas. Escrevem Filipe Santos, João Duque, João Pinto, José Crespo de Carvalho, José Esteves, Maria de Fátima Carioca e Pedro Oliveira.



FILIPE SANTOS
Dean da Católica Lisbon School of Business & Economics

Bem-vindos à universidade! E agora?



A grande aventura do ensino superior vai (re)começar. No dia 29 de agosto, a Católica-Lisbon será a primeira instituição de ensino superior em Portugal a dar as boas-vindas aos novos alunos universitários. A classe de 2024-2027 dos cursos de Economia e de Gestão é composta por 350 alunos, com média de candidatura dos alunos admitidos superior a 17 valores e com mais de 15% de candidatos internacionais. Nesse mesmo dia daremos também as boas vindas a mais de 650 alunos de mestrado, dos quais 75% são internacionais. Esses alunos internacionais vêm viver para Lisboa por escolherem a Católica para os seus estudos, trazendo uma diversidade de culturas, experiências e formas de pensar que beneficiam a aprendizagem de todos.

O que podem esperar estes 1.000 novos alunos universitários da Católica Lisbon School of Business and Economics, em particular aqueles que agora iniciam o seu percurso universitário?

A universidade é o local da formação do jovem adulto na sua integridade, conhecimento e valores. A primeira experiência que terão na Católica, depois do dia de boas-vindas à nova classe, é a praxe solidária em que irão recolher restolho de batata nos campos da Golegã, batatas essas que serão depois entregues a instituições sociais. Uma experiência de trabalho em equipa, de trabalho solidário e de aposta na sustentabilidade para criar um mundo em que o desperdício não tem lugar.

Depois começarão as suas aulas onde aprenderão a analisar e entender a realidade económica, social e empresarial do nosso mundo, através de conhecimento estruturado em modelos científicos traduzidos em ferramentas práticas. Mais do que memorizar conhecimento, irão aprender a pensar, a fazer as perguntas relevantes e a usar as ferramentas certas para encontrar as respostas apropriadas.

Esse contexto de aprendizagem é facilitado por um ambiente de forte colaboração com os professores, e de ligação com mentores voluntários da rede de graduados da Católica-Lisbon. Um ambiente onde o mérito é privilegiado e a entreajuda recompensada, já que todos os alunos que tiverem um bom desempenho académico receberão bolsas de estudo. Nessa cultura altamente colaborativa também entre colegas, farão amizades que perdurarão a vida inteira e, frequentemente, encontrarão também o(a) companheiro(a) para a vida.

Quando se graduarem, encontrarão um mercado de trabalho desafiante, mas aberto, em que a taxa de empregabilidade é virtualmente 100%. O desafio não será encontrar emprego, mas planear uma carreira profissional que corresponda às suas aspirações. Trabalharão em áreas económicas e empresariais cada vez mais importantes para o futuro da sociedade, pois a prosperidade e progresso dependem de um economia sólida e de um setor empresarial dinâmico, inovador e competitivo.

Encontrarão também um mercado de trabalho em transformação acelerada, em que a inteligência artificial criará disrupção em centenas de profissões e potenciará centenas de outras. Aqueles que se graduarem da universidade com sólidas competências no uso de ferramentas tecnológicas irão prosperar, pois o valor e eficácia do seu trabalho será potenciado. Aqueles que resistirem verão as suas competências e valor diminuídos.

O grau de responsabilidade que terão que exercer é grande. Nos ombros e coração das novas gerações, depositamos o nosso futuro coletivo.

Encontrarão ainda uma sociedade cada vez mais polarizada em ideologias, muitas delas estéreis, e um ambiente geopolítico mais tenso e perigoso. Uma sociedade a lidar com desafios de sustentabilidade cada vez mais críticos, como as mudanças climáticas e as desigualdades económicas e sociais. Ter sensatez, discernimento e valores humanistas, colocando a criação de valor e o bem-estar da humanidade e do planeta no centro, será essencial. E perceber que falar de humanidade é tanto dar atenção ao nosso próximo, como ajudar a nossa comunidade ou fortalecer a espécie humana, procurando dar escala e robustez ao impacto que criamos.

Por tudo isto, o grau de responsabilidade que terão que exercer é grande. Nos ombros e coração das novas gerações, depositamos o nosso futuro coletivo. Por isso, a universidade e a formação que proporciona é tão importante para as sociedades. É assim hoje e há mais de mil anos. Das 100 mais antigas instituições do mundos que perduram até hoje, 85 delas são universidades.

E falando de universidades, esta semana foram divulgados os resultados do concurso nacional de acesso ao ensino superior público. Cerca de 50.000 alunos foram colocados, de entre 58.300 candidatos a 54.600 vagas. 86% dos alunos tiveram colocação, o número mais elevado dos últimos cinco anos e 56% deles foram colocados no curso de sua primeira preferência.

São números positivos de adequação do sistema universitário português à procura, mas são também números que permitem vislumbrar desafios. O número de candidatos foi inferior ao ano anterior, tendência que já vem de 2022. A geração que agora entra na universidade é a geração de 2006. Nesse ano nasceram em Portugal 105.500 bebés, menos 4.000 que em 2005. Em 2010 eram apenas cerca de 101.000 a nascer, e o número caiu fortemente para cerca de 82.500 em 2013 e 2014. Ou seja, é de esperar um ligeiro declínio do número de candidatos ao ensino superior nos próximos 3 anos e depois uma queda bastante acentuada que poderá chegar aos 15-20%. Isso poderá levar o sistema a ficar desajustado em termos da sua estrutura e dimensão, com um aumento das vagas sobrantes.

Neste contexto, o caminho mais natural e benéfico para Portugal é a abertura à internacionalização, aumentando consistentemente o número de alunos internacionais que vêm estudar para Portugal, aproveitando a excelente relação de qualidade/preço do nosso sistema. Temos cerca de 3-4 anos para fortalecer esta aposta, aproveitando também os desafios vividos em destinos tradicionais como os EUA e o Reino Unido. É uma oportunidade que Portugal não poderá perder pois pode tornar-se num polo de atração do melhor talento internacional de alunos e professores, bem como de cientistas. A área de Ciências Económicas e Empresariais é a área com maior mobilidade e mercado global e está na dianteira desse processo de internacionalização. É também a área na qual as escolas de negócios portuguesas, como a Católica-Lisbon, estão cotadas entre as melhores do mundo nos "rankings", podendo ser a fundação de um "cluster" competitivo de ensino superior. ■

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**




TERÇA-FEIRA | 27 AGO 2024



...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de julho de 2024: **4.173 exemplares**

SA LUÍS AFONSO







BREVES

CASA DO DOURO

ELEIÇÕES SERÃO EM DEZEMBRO

As eleições do conselho regional de viticultores e da direção da Casa do Douro vão acontecer no dia 19 de dezembro. A data foi decidida pelo Ministério da Agricultura e Pescas e publicada em portaria nesta segunda-feira à tarde em Diário da República. ■

ESTADOS UNIDOS

TRUMP REAVALIA FAZER DEBATE

O ex-Presidente dos EUA e candidato republicano, Donald Trump, pôs ontem em causa a sua participação no debate com a rival democrata, Kamala Harris, em 10 de setembro no canal ABC, embora assegurando não ter problemas com as regras do evento. ■

GOVERNO

MACRON EXCLUI FRENTE POPULAR

O Presidente francês, Emmanuel Macron, excluiu um Governo "unicamente" da coligação de esquerda Nova Frente Popular, alegando a necessidade de "estabilidade institucional" do país, e anunciou novas consultas às forças políticas, a partir de hoje. ■

TECNOLOGIA

Apple apresenta novidades em evento a 9 de setembro

Mike Segar/Reuters



Sem grandes evoluções no iPhone, a inteligência artificial deverá estar em destaque.

A Apple vai realizar o habitual evento de apresentação de produtos, que deverá incluir atualizações dos iPhones e "smartwatches" da empresa, no dia 9 de setembro, anunciou a tecnológica esta segunda-feira. O evento anual, que se realiza na sede da empresa norte-americana em Cupertino, na Califórnia, é seguido atentamente pelos analistas, investidores e clientes da empresa, antes da habitual época alta de compras do Natal.

De acordo com a Bloomberg, o iPhone, o produto de maior sucesso da empresa, não deverá ser alterado substancialmente, tal como sucede desde 2020. Os quatro novos equipamentos devem ser designados de iPhone 16, 16 Plus, 16 Pro e 16 Pro Max. Entre as novidades, poderão estar ecrãs de maiores dimensões, novas cores e o redesenho das câmaras.

Contudo, a principal evolução deverá estar no sistema operativo, que poderá ser designado de iOS 18. O sistema deverá incluir o Apple Intelligence, o sistema de inteligência artificial personalizado que irá equipar não só os novos iPhones 16, mas também o iPhone 15 Pro. De acordo com a CNBC, o novo sistema poderá ser apresentado apenas depois do lançamento dos novos equipamentos.

O destaque da empresa liderada por Tim Cook para o evento deste ano é a atualização do interface da assistente virtual Siri, como é evidenciado por uma referência nos convites. Desde 2020 que os produtos da empresa são apresentados em vídeos pré-gravados, sendo que o evento será transmitido no site da Apple e no YouTube. ■

PEDRO BARROS COSTA

ELEVADOR

Celso Filipe
cfilipe@negocios.pt





JUSTIN TRUDEAU
Primeiro-ministro do Canadá

A decisão do Governo do Canadá de impor tarifas de 100% sobre carros elétricos fabricados na China pode parecer puro protecionismo. No entanto, é muito mais do que isso, dado que resulta de uma evidência que muitos outros países, embora por razões diversas, fingem não ver e que Trudeau resume assim: "atores como a China optaram por dar a si próprios uma vantagem injusta no mercado global". ■





OLAF SCHOLZ
Chanceler da Alemanha

A locomotiva alemã parece ter parado num apeadeiro, o que não constitui uma boa notícia, tanto para o país como para a União Europeia. Segundo o instituto alemão, Ifo, a confiança dos empresários germânicos deteriorou-se em agosto, mantendo a tendência decrescente, um comportamento que é acompanhado por um maior pessimismo em relação aos próximos meses. A má performance alemã pressiona o Governo de Scholz. ■